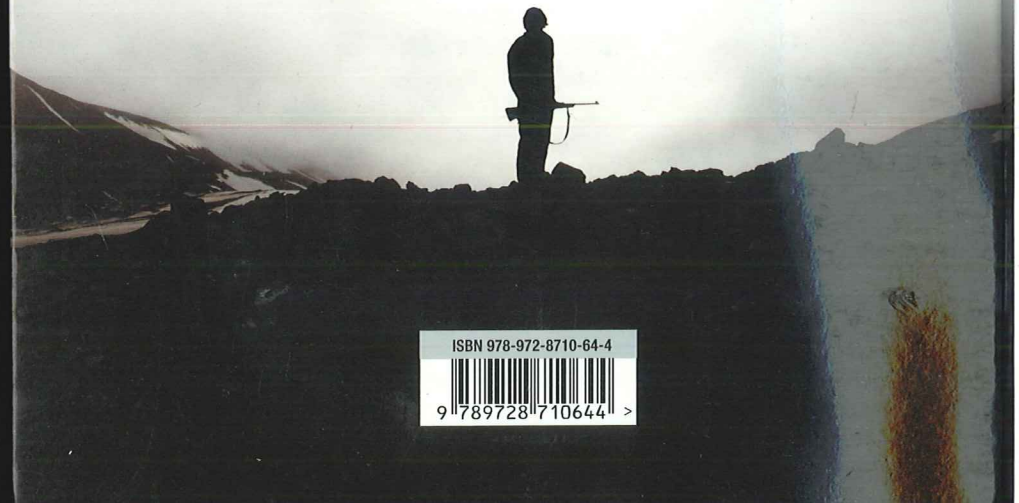
Carl von
CLAUSEWITZ

DA NATUREZA DA GUERRA

O pensador prussiano Carl von Clausewitz é reconhecido como um dos mais importantes teóricos da estratégia militar.
Foi um pensador filosófico que soube retirar das suas experiências de guerra, tratadas como um fenómeno social, o que nelas havia de importante.
São esses conceitos fundamentais que conseguiram ultrapassar a sua época, e ainda hoje, pela sua grande relevância, podem ser aplicados em estudos estratégicos no mundo contemporâneo.



ISBN 978-972-8710-64-4
9 789728 710644

Carl von CLAUSEWITZ — DA NATUREZA DA GUERRA

2.ª Edição

Carl von
CLAUSEWITZ

DA NATUREZA DA GUERRA

As ideias chave do maior estratega europeu, autor do livro "Da Guerra"

COISAS DE LER

Carl von CLAUSEWITZ

(1780-1831) foi um soldado prussiano e um intelectual. Na carreira militar chegou a major, e é o autor do livro *Da Guerra*, que iria tornar-se numa das obras sobre filosofia militar mais influentes no mundo ocidental.

COISAS DE LER

Carl Von Clausewitz
Da Natureza da Guerra
Título original: *On the Nature of War*

Tradução de Ana Nereu
Capa: José Manuel Reis

Direitos reservados por Coisas de Ler Edições, Lda

COISAS DE LER EDIÇÕES

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida sob qualquer forma sem autorização prévia e escrita do editor. Exceptua-se naturalmente a transcrição de pequenos textos ou passagens para apresentação ou crítica do livro. Esta excepção não deve de modo nenhum ser interpretada como sendo extensiva à transcrição de textos em recolhas antológicas ou similares donde resulte prejuízo para o interesse pela obra. Os transgressores são passíveis de procedimento judicial.

Edição publicada em Agosto de 2007

DA NATUREZA DA GUERRA

Índice

9 *O que é a Guerra?*
39 *Objectivo e Meios na Guerra*
41 *Ramos da Arte da Guerra*
53 *Da Teoria da Guerra*
83 *Arte ou Ciência da Guerra*
88 *Método*
97 *Criticismo*
102 *Dos Exemplos*

Introdução do Autor

Que a noção do científico não existe por si só, ou principalmente, em sistema, e as suas construções teóricas são definitivas, não carece hoje em dia de explicação. Neste tratado, o sistema não deverá ser encontrado à superfície, e em vez de um edifício de teoria terminado, existem apenas materiais.

A forma científica reside aqui na tentativa de explorar a natureza dos fenómenos militares para mostrar a sua afinidade com a natureza das coisas que os compõem. Não se perdeu de vista o argumento filosófico, mas onde ele é apenas um fio demasiado fino, o Autor preferiu encurtá-lo e retroceder para os resultados correspondentes da experiência. Pois da mesma forma que muitas plantas apenas dão frutos quando os seus ramos não crescem muito, também nas artes práticas as folhas e as flores teóricas não devem ser impelidas a desenvolver-se em demasia, mas ater-se à experiência, que é o seu solo fértil.

Inquestionavelmente, seria um erro tentar descobrir a partir dos ingredientes químicos de um grão de milho a forma da espiga que o gera, uma vez que nos basta ir ao

campo ver as espigas amadurecerem. A investigação e a observação, a filosofia e a experiência, não devem desprezar-se nem excluir-se mutuamente. Umas garantem os direitos de existência das outras. Assim, as propostas deste livro, com a sua abóbada de inerente necessidade, são suportadas tanto pela experiência como pela própria noção da Guerra como pontos externos, para que não deixem de ter os seus limites.

Não é talvez impossível escrever uma teoria sistemática da Guerra repleta de espírito e de substância, mas a nossa, até agora, tem sido muito o oposto. Não dizer nada sobre o seu espírito pouco científico, na sua luta pela coerência e perfeição do sistema, transbordam de lugares comuns, truísmos e disparates de toda a espécie. Se pretendêssemos um quadro fantástico deles bastar-nos-ia ler um extracto de Lichtenberg de um código de regulamentos em caso de incêndio.

Se uma casa se incendiar, devemos procurar, antes de mais, proteger o lado direito da casa mantendo-nos no lado esquerdo, e, por outro lado, proteger o lado esquerdo da casa, mantendo-nos no lado direito. Pois se nós, por exemplo, tentarmos proteger o lado esquerdo da casa, mantendo-nos nesse mesmo lado, então o lado direito da casa está à direita do esquerdo e, consequentemente, como o fogo está à direita deste lado, e do lado direito (pois assumimos que a casa está situada à esquerda do fogo), portanto o lado direito está mais perto do fogo do que o esquerdo, e o lado direito da casa pode pegar fogo se não tiver sido protegido antes de ele se dirigir para o lado esquerdo, que está protegido. Consequentemente, algo que não está protegido pode arder, e isso mais cedo do que qualquer outra coisa, mesmo que não tenha sido protegido; portanto, devemos deixar o último e proteger o primeiro. De forma a gravarmos isto na mente de cada um, apenas devemos notar que se a casa estiver situada à direita do fogo, então é o lado esquerdo, e se a casa estiver à esquerda então é o lado direito.

De modo a não assustar o leitor inteligente com estes lugares comuns, e transformar o pouco que há de agradável em algo repugnante vertendo-lhe água, o Autor preferiu dar em pequenos lingotes de ouro as suas impressões e convicções, resultado de muitos anos de reflexão acerca da Guerra, das suas relações com homens hábeis, e de grande experiência pessoal. Assim, surgiram os capítulos deste livro, os quais aparentam uma fraca ligação entre si, mas que o Autor espera não sejam considerados desnecessários em conexões lógicas. Talvez em breve surja uma mente brilhante, que em vez destes simples grãos, forneça o todo, no mais puro e rico metal, livre de quaisquer impurezas.

O QUE É A GUERRA?

1. Introdução

Propomos, em primeiro lugar, uma análise individual e separada dos elementos do nosso assunto. Em seguida, cada ramo ou parte, e, por último, o todo em todas as suas relações — avançar, portanto, do simples para o complexo. É, todavia, necessário começarmos por lançar um olhar sobre a natureza do todo, isto porque é fundamental que na análise de qualquer uma das partes a sua relação com o todo seja sempre mantida debaixo de olho.

2. Definição

Não abordaremos o assunto através de nenhuma das definições obscuras usadas pelos publicistas. Restringir-nos-emos à essência da coisa em si, ou seja, a um duelo. A Guerra não é mais do que um duelo numa vasta escala. Se concebêssemos à unidade os inúmeros duelos que compõem uma Guerra, fá-lo-íamos melhor imaginando dois lutadores.

Cada um deles tenta através da força física coagir o outro a submeter-se à sua vontade: cada um deles procura derrotar o seu adversário, e torná-lo assim incapaz de mais resistência.

A Guerra é, então, um acto de violência com vista a coagir o nosso adversário a submeter-se à nossa vontade.

A violência arma-se com as invenções da Arte e da Ciência para combater a violência. Acompanham-na restrições auto-impostas, quase imperceptíveis e pouco dignas de serem mencionadas, práticas designadas pela Lei Internacional que, essencialmente, não enfraquecem o seu poder. A violência, ou seja, a força física (pois não existe força moral sem a noção de Estados e Lei) é, portanto, o *meio*. A necessária submissão do inimigo à nossa vontade é o *objectivo* final. Para atingirmos inteiramente este objectivo, o inimigo deve ser desarmado, e o desarmamento torna-se assim, em teoria, o objectivo imediato das hostilidades. Toma o lugar do objectivo final, e coloca-o à parte como algo que podemos eliminar dos nossos cálculos.

3. O máximo uso da força

Nesta altura, os filantropos imaginam, quase de certeza, que existe um método engenhoso de desarmar e vencer um inimigo sem causar um grande derramamento de sangue, e que isto é a predisposição correcta da Arte da Guerra. Por muito plausível que isso possa parecer, é um erro que deve ser extirpado. Em assuntos tão perigosos como a Guerra, os piores erros são os que provêm de um espírito benevolente. Dado que o uso do poder físico até à sua máxima

extensão não exclui, de modo algum, a cooperação da inteligência, daí resulta que todo aquele que usa a força com prodigalidade, sem fazer alusão ao derramamento de sangue envolvido, deve obter uma superioridade se o seu adversário usar menos vigor na sua aplicação. O primeiro dita então a lei para o segundo, e ambos avançam para extremidades onde as limitações são apenas as que são impostas pela quantidade de força neutralizante de cada um dos lados.

É assim que este assunto deve ser encarado, e não vale a pena, chega mesmo a ser contra os próprios interesses de cada um, virar as costas à verdadeira natureza do assunto porque o horror dos seus elementos provoca repugnância. Se as Guerras das pessoas civilizadas são menos cruéis e destrutivas do que as dos selvagens, essa diferença surge da condição social de ambos os Estados e das relações entre si. É desta condição social e das suas relações que se desencadeia a Guerra que é sujeita a condições, controlada e modificada. Mas isto não pertence à Guerra em si; são apenas condições fornecidas; além disso, seria um absurdo introduzir na filosofia da própria Guerra um princípio de moderação.

Há dois motivos que conduzem os homens à Guerra: hostilidade instintiva e intenção hostil. Na nossa definição de Guerra, escolhemos o último destes elementos como sua característica, por ser o mais geral. É impossível imaginar a intensidade do ódio da descrição mais violenta, limitando-nos apenas ao instinto, sem a combinar com a ideia de intenção hostil. Por outro lado, as intenções hostis podem muitas vezes existir sem que haja qualquer acontecimento de extrema hostilidade de sentimentos. Entre os selvagens predominam as opiniões que emanam dos sentimentos, e entre as nações civilizadas predominam as que emanam do

entendimento; mas esta diferença surge das circunstâncias, das instituições, etc., e, portanto, não se encontra necessariamente em todos os casos, embora prevaleça na maioria. Em suma, mesmo as nações mais civilizadas podem consumir-se no fogo do ódio de uma pela outra.

Daqui podemos ver a falácia que seria referirmo-nos à Guerra de uma nação civilizada inteiramente como um acto inteligente vindo da parte do Governo, e imaginá-lo a libertar-se cada vez mais de todo o sentimento de paixão de uma tal forma que, por fim, já nem os combatentes físicos seriam necessários; na realidade, bastariam apenas as suas relações — uma espécie de acção algébrica.

A teoria estava a encaminhar-se nesta direcção quando os factos da última Guerra a fizeram mudar de ideias. Se a Guerra é um *acto* de força, também pertence necessariamente aos sentimentos. Se não tem origem nos sentimentos, *reage,* em maior ou menor escala, sobre eles e a extensão desta reacção não depende do grau de civilização, mas da importância e da duração dos interesses envolvidos.

Consequentemente, se pensamos que as nossas nações civilizadas não condenam à morte os seus prisioneiros, não devastam cidades e países, isso é porque a inteligência exerce uma grande influência na forma como conduzem a Guerra, e lhes ensinou meios mais eficazes de aplicar a força para além desses rudes actos provenientes do instinto. A invenção da pólvora, o constante progresso e aperfeiçoamento das armas de fogo, são provas suficientes de que a tendência para destruir o adversário, que reside na base do conceito da Guerra, não se alterou nem modificou através do progresso da civilização.

Repetimos assim que a Guerra é um acto de violência levado ao extremo; visto que um lado dita a lei ao outro, daí

nasce uma espécie de acção recíproca que, logicamente, deve conduzir a um extremo. Esta é a primeira acção recíproca, e o primeiro extremo com que nos deparamos *(primeira acção recíproca).*

4. O objectivo é desarmar o inimigo

Já dissemos que o objectivo de toda a acção na Guerra é desarmar o inimigo e, agora, demonstraremos que isto é, pelo menos teoricamente, indispensável.

Se é preciso que o nosso adversário seja coagido a obedecer à nossa vontade, devemos colocá-lo numa posição que seja para ele mais cruel do que o sacrifício que lhe exigimos; mas as desvantagens desta posição não devem ser, obviamente, de natureza transitória, pelo menos em aparência, caso contrário, o inimigo, em vez de mostrar submissão, irá resistir com a perspectiva de uma reviravolta. Qualquer alteração nesta posição, produzida por uma continuação da Guerra, deveria então ser para pior. E o pior que pode acontecer a um beligerante é ser completamente desarmado. Se, todavia, a intenção é reduzir o inimigo à submissão mediante um acto de Guerra, ele deve ser absolutamente desarmado ou ameaçado com essa possibilidade. Daqui resulta que, desarmar ou derrotar o inimigo, o que quer que lhe chamemos, deve ser sempre o objectivo da Guerra. Mas a Guerra é sempre o choque de dois corpos hostis em colisão, não a acção de um poder vivo sobre uma massa inanimada, e um estado de resistência ilimitado não seria fazer Guerra; portanto, o que acabámos de dizer em relação ao objectivo da acção na Guerra aplica-se a ambas as partes. Aqui temos então um outro caso de acção recíproca. En-

quanto o inimigo não estiver derrotado, pode derrotar-me. Nesse caso, deixarei de ser senhor de mim mesmo; ele ditar-me-á a lei, tal como eu lhe ditei a ele. Esta é a segunda acção recíproca, que conduz a um segundo extremo *(segunda acção recíproca)*.

5. O máximo uso de poderes

Se o que pretendermos é derrotar o inimigo, então devemos ajustar os nossos esforços aos seus poderes de resistência. Isto é expresso pelo produto de dois factores que não podem ser separados, nomeadamente, *a soma dos meios disponíveis* e *a força da vontade*. A soma dos meios disponíveis pode ser calculada por uma escala, já que depende (embora não inteiramente) dos números. Mas a força da vontade é mais difícil de determinar, e apenas pode ser calculada até um certo ponto pela força dos motivos. Seguros de que obtivemos assim uma aproximação à força do poder que vamos enfrentar, podemos deitar os olhos sobre os nossos próprios meios e, das duas uma, ou os aumentamos de modo a obtermos uma preponderância, ou, no caso de não possuirmos recursos para tal, procuraremos desenvolvê-los o melhor que pudermos. Mas o adversário faz exactamente o mesmo; portanto, há uma melhoria mútua, que, numa concepção pura, deve criar um esforço revigorado em direcção a um extremo. Este é o terceiro caso de acção recíproca, e o terceiro extremo com que nos deparamos *(terceira acção recíproca)*.

6. Modificação na realidade

Raciocinando assim no abstracto, a mente não pode chegar perto de um extremo porque tem de lidar com outro, com um conflito de forças entregues a si mesmas que obedecem apenas às suas leis internas. Se procurássemos deduzir da concepção pura da Guerra um ponto absoluto para o objectivo que iremos propor e para os meios que iremos aplicar, esta constante acção recíproca envolver-nos-ia em extremos, que não passariam de um jogo de ideias produzido por uma sucessão quase invisível de subtilezas lógicas. Se, aderindo rigorosamente ao absoluto, tentarmos evitar todas as dificuldades com um golpe de escrita e insistirmos com rigor lógico que em todos os casos o extremo deve ser o objectivo, e que o máximo esforço deve ser efectuado nesse sentido, tal escrita seria um mera lei em papel, de modo algum adaptada ao mundo real.

Mesmo supondo que esta tensão extrema de forças era um absoluto que facilmente poderia ser determinado, temos ainda assim de admitir que a mente humana muito dificilmente se submeteria a esta espécie de quimera lógica. Haveria, em muitos casos, um desnecessário desperdício de poder, que estaria em oposição com outros princípios de governação; seria exigido um esforço da vontade desproporcionado ao objectivo proposto, que, portanto, seria impossível de realizar, uma vez que a vontade humana não deriva de subtilezas lógicas.

Mas tudo toma uma forma diferente quando passamos do campo das abstracções para a realidade. Aqui tudo deve ser tema de optimismo e devemos imaginar tanto um lado como o outro a lutar pela perfeição e, até mesmo, a atingi-la.

Poderá isto algum dia acontecer na realidade? Poderá se,
(1). A Guerra se tornar num acto completamente isolado, que surge de repente, e que não está de forma alguma ligado com a história passada dos estados combatentes.
(2). Se está limitada a uma única solução, ou a várias soluções simultâneas.
(3). Se contém em si mesma a solução perfeita e completa, liberta de qualquer reacção que possa recair sobre ela, mediante um cálculo antecipado da situação política que se seguirá.

7. A Guerra nunca é um acto isolado

Em relação ao primeiro ponto, nenhum dos dois adversários é uma pessoa abstracta para a outra, nem sequer em relação àquele factor no cálculo da resistência que não depende das coisas objectivas, nomeadamente, a vontade. Esta vontade não é uma quantidade totalmente desconhecida; prevê o que será amanhã pelo que é hoje. A Guerra não aparece assim repentinamente, não atinge o seu auge num instante; cada um dos dois adversários pode, portanto, formar uma opinião do outro, em grande medida pelo que ele é e pelo que faz, em vez de o julgar pelo que ele, estritamente falando, deveria ser ou deveria fazer. Mas actualmente, o homem, com a sua defeituosa organização encontra-se muito abaixo da linha da perfeição absoluta, Assim, estas imperfeições, tendo uma influência em ambos os lados, tornam-se um princípio modificador.

8. A Guerra não consiste num único golpe instantâneo

O segundo ponto levanta as seguintes considerações: Se a Guerra terminasse numa única solução, ou em várias soluções simultâneas, então, naturalmente, todos os preparativos para a mesma teriam uma tendência para o extremo, já que uma omissão jamais poderia ser reparada; então, o extremo que o mundo da realidade nos poderia fornecer como guia seriam os preparativos do inimigo, até ao ponto em que os conhecemos; tudo o resto cairia no domínio do abstracto. Mas se o resultado derivar de vários actos sucessivos então, naturalmente, aquele que antecede com todas as suas fases pode ser tomado como uma medida para o que se segue e, desta maneira, o mundo da realidade toma, mais uma vez, o lugar do abstracto e modifica assim o esforço em direcção ao extremo.
Contudo, todas as guerras se resolveriam necessariamente numa única solução, ou numa soma de soluções simultâneas, se todos os meios exigidos para a luta fossem aplicados ao mesmo tempo, ou pudessem ser aplicados ao mesmo tempo. Se um resultado adverso reduz forçosamente os meios, então se todos os meios tivessem sido aplicados no primeiro, seria impossível imaginar um segundo. Todos os actos hostis que se poderiam seguir pertenceriam obrigatoriamente ao primeiro, e apenas fariam parte da sua duração.
Mas acabámos de ver que mesmo nos preparativos para a Guerra o mundo real toma o lugar da mera noção abstracta — um padrão material toma o lugar da hipótese de um extremo: que, portanto, dessa forma, ambas as partes, pela influência da reacção mútua, permanecem abaixo da linha do extremo esforço e, portanto,

as forças não são todas aplicadas ao mesmo tempo. Reside também na natureza destas forças, e na sua aplicação, o facto de não poderem ser postas todas em actividade ao mesmo tempo. Estas forças *são os exércitos a pé, o país* com toda a sua superfície, a população, *e os aliados.*

Na realidade, o país, com toda a sua área de superfície e a população, para além de ser a fonte de toda a força militar, constitui uma parte integrante das quantidades eficazes na Guerra, fornecendo o palco da Guerra ou exercendo uma considerável influência sobre ele.

É possível pôr em actividade todas as forças militares móveis ao mesmo tempo, mas não as fortalezas, os rios, as montanhas, o povo, etc. — em resumo, não se pode fazê-lo com o país todo, a não ser que seja tão pequeno que seja abrangido pela primeira acção da Guerra. Mais, a cooperação dos aliados não depende da vontade dos beligerantes; e esta cooperação, devido à natureza das relações pessoais entre os dois estados só é frequentemente acordada depois da guerra ter começado, ou pode ser aumentada para restaurar a balança de poderes.

Mais à frente demonstraremos mais detalhadamente que esta parte dos meios de resistência, que não podem ser todos postos em actividade em simultâneo, constitui, em muitos casos, uma parte do todo maior do que à primeira vista poderíamos supor e que, frequentemente, restaura a balança de poderes seriamente afectada pela força crucial da primeira decisão. Aqui e agora é suficiente demonstrar que uma concentração integral de todos os meios disponíveis num dado momento é contraditória com a natureza da Guerra. Isto, em si mesmo, não é razão para afrouxarmos os nossos esforços com vista a acumularmos forças para vencermos o primeiro resultado. É certo que um resultado desfavorável é sempre uma desvantagem a que ninguém se exporia de livre vontade, e também porque a primeira decisão, embora não sendo a única, é a que tem uma maior influência nos eventos subsequentes.

Mas a possibilidade de ganhar um resultado final faz que os homens se refugiem nessa expectativa, devido à repugnância que está na mente humana de se fazerem esforços excessivos. E, portanto, na primeira decisão não são concentradas as forças, nem são tomadas as medidas com aquela energia que, caso contrário, seria empregue. O que quer que um beligerante omita por fraqueza, torna-se para o outro um motivo objectivo para limitar os seus próprios esforços e, assim, mais uma vez, através desta acção recíproca, tendências extremas são reduzidas a esforços numa escala limitada.

9. O resultado na Guerra nunca é absoluto

Por último, até mesmo a decisão final de toda uma Guerra não deve ser sempre encarada como absoluta. Na maioria das vezes, o Estado conquistado apenas vê nela um mal passageiro, que pode ser reparado mais tarde, através de acordos políticos. O quanto isto deve modificar o grau de tensão e o vigor dos esforços realizados, é por si só evidente.

10. As probabilidades da vida real tomam o lugar das noções de extremo e de absoluto

Desta forma, a acção na Guerra é, no seu todo, afastada da rigorosa lei de forças exercidas até ao extremo. Se o extremo já não é nem procurado nem temido, deve-se deixar que o julgamento determine os limites para os esforços a serem desenvolvidos no seu lugar, e isto apenas pode ser feito com os dados fornecidos pelos factos do mundo real, pelas *leis da probabilidade.* A partir do momento em que os beligerantes deixam de ser meras noções, mas Estados e Governos individuais, a partir do momento em que a Guerra deixa de ser um ideal, mas um procedimento substancial definido, então a realidade irá fornecer os dados para se calcularem as quantidades desconhecidas que é necessário encontrar. A partir do carácter, das medidas, da situação do adversário e das relações circundantes cada lado irá retirar as suas conclusões através da lei da probabilidade relativamente às intenções do outro, e actuar em conformidade.

11. O objectivo político reaparece

Aqui a questão que colocámos de parte reaparece para a que a analisemos, nomeadamente, *o objecto político da Guerra.* A lei do extremo, a visão de desarmar o adversário, de subjugá-lo, usurpou até esta altura e, em certa medida, o lugar deste objectivo ou finalidade. Da mesma forma que esta lei perde a sua força, também o objectivo político deve reaparecer. Se a análise no seu todo é um cálculo da probabilidade baseada em pessoas definidas e relações, então o objecto político deve ser um factor essencial no seu resultado. Quanto menor for o sacrifício que pedimos ao nosso adversário, menores serão, espera-se, os meios de resistência empregues por ele; mas quanto menor for a sua preparação, menor terá de ser a nossa. Mais, quanto menor for o nosso objectivo político, menor será o valor que lhe atribuímos e mais facilmente seríamos induzidos a desistir de tudo.

Assim, portanto, sendo o objectivo político o motivo original da Guerra, será o padrão para determinar tanto a finalidade da força militar como o esforço total a ser empregue. Isto não pode existir só por si, mas existe relativamente a ambos os Estados beligerantes, pelo facto de estarmos preocupados com realidades e não com meras abstracções. Um mesmo objectivo político pode produzir efeitos totalmente diferentes em pessoas diferentes ou até mesmo nas mesmas pessoas em épocas diferentes; podemos, portanto, admitir o objectivo político apenas como a medida, considerando-o nos efeitos que tem sobre as massas a atingir e, consequentemente, a natureza dessas massas também deve entrar em consideração. É fácil de verificar que o resultado pode ser muito diferente de acordo com o espírito que anima estas massas e se infunde ou não vigor na sua acção. É bem possível que existindo um tal estado de espírito entre dois estados, um motivo de guerra insignificante vá produzir um efeito muito desproporcionado — na verdade, uma autêntica explosão.

Isto aplica-se aos esforços que o objectivo político exigirá dos dois Estados, e à finalidade que a acção militar prescrever para si mesma. Por vezes, pode até mesmo ser essa finalidade, como por exemplo, a conquista de uma região. Noutras vezes, o objectivo político em si não se adequa à finalidade da acção militar; nesse caso, deve ser escolhida

uma que lhe seja equivalente e que tome o seu lugar relativamente ao estabelecimento da paz. Mas também nisto devemos ter em atenção o carácter peculiar dos Estados em questão. Há circunstâncias em que o equivalente deve ser mais poderoso do que o objectivo político, de forma a garanti-lo. O objectivo político será tanto mais o padrão da finalidade e do esforço, e terá tanto mais influência sobre si mesmo, quanto mais as massas forem indiferentes e quanto menor for a existência de um sentimento de hostilidade entre os dois Estados por outras causas. Há casos, portanto, em que o objectivo político por si só será decisivo.
Se a finalidade da acção militar for equivalente ao objectivo político, essa acção irá, em geral, diminuir, à medida que o objectivo político diminui e num grau ainda maior quanto mais forte for o domínio do objectivo político. Assim está explicado como, sem qualquer contradição, podem existir Guerras de todos os graus de importância e de energia, desde uma guerra de extermínio até ao mero uso de um exército de observação. Isto, todavia, conduz-nos a outra espécie que teremos de explicar e desenvolver daqui para a frente.

12. Uma suspensão na acção da guerra não explicada por nada do que foi dito até agora

Por muito insignificantes que sejam os avanços nas pretensões políticas mútuas, por muito fracos que tenham sido os meios empregues, por muito fraca que seja a finalidade para a qual está dirigida a acção militar, poderá esta acção ser suspensa ainda que só por um momento? Esta é uma questão que penetra profundamente na natureza do assunto.
Para que qualquer transacção seja realizada é preciso um

certo tempo ao qual chamamos a duração. Este tempo pode ser mais longo ou mais curto, consoante o desembaraço da pessoa envolvida.
Acerca disso não temos de nos preocupar nesta fase. Cada pessoa age à sua maneira. Mas a pessoa lenta não prolonga uma actividade por desejar dedicar-lhe mais tempo, mas antes porque pela sua natureza necessita de mais tempo e se aplicasse uma maior celeridade não faria as coisas tão bem. Este tempo, portanto, depende de causas subjectivas e pertence à chamada duração da acção.
Se admitirmos isto em cada acção na Guerra, então devemos assumir, pelo menos à primeira vista, que cada prolongamento do tempo para além da sua duração, ou seja, cada suspensão de acção hostil, parece um absurdo. Relativamente a isto, não podemos esquecer-nos de que neste momento estamos a referir-nos não ao progresso de cada um dos dois adversários, mas antes ao progresso geral de toda a acção da Guerra.

13. Há apenas um motivo que pode suspender a acção e isto parece ser apenas possível num dos lados

Se duas partes se armaram para um conflito então é porque algum sentimento de animosidade as levou a isso; enquanto continuarem armados, ou seja, enquanto não chegarem a um acordo de paz, este sentimento continua a existir. Somente um motivo conduzirá a uma imobilização: qualquer um dos lados está a aguardar um momento mais favorável para a acção. À primeira vista, parece que este motivo só pode existir de um lado, porque poderá ser prejudicial ao outro. Se um tem interesse em agir, então o outro deve ter interesse em esperar.

Um completo equilíbrio de forças nunca pode produzir uma suspensão na acção, pois durante esta suspensão, aquele que possui o objectivo definido (ou seja, o atacante) vai continuar a avançar; pois, se imaginarmos um tal equilíbrio, aquele que possui o objectivo definido, ou seja, o motivo mais forte, pode ao mesmo tempo comandar apenas os meios menores, de modo que a equação é conseguida através do produto entre o motivo e o poder, e então devemos dizer, que se não for esperada nenhuma alteração no equilíbrio desta condição, então as duas partes devem estabelecer a paz. Mas se for esperada uma alteração, esta apenas pode ser favorável para um dos lados e, portanto, o outro possui um interesse óbvio em agir sem mais delongas. Verificamos que a ideia de um equilíbrio não pode explicar a suspensão das armas, mas que desemboca na questão da *probabilidade de um momento mais favorável.*

Suponhamos que um dos dois Estados possui um objectivo definido, como, por exemplo, a conquista de uma região do inimigo — que será utilizada durante o acordo de paz. Após esta conquista, o seu objectivo político encontra-se cumprido, cessa a necessidade de acção e, para ele, segue-se uma pausa. Se o adversário também se contentar com esta solução, estabelecer-se-á a paz, caso contrário, aquele deverá agir. Agora, se supusermos que dali a quatro semanas ele estará em melhores condições para agir, então ele possui motivos suficientes para protelar o tempo da acção.

Mas a partir desse momento o percurso lógico para o inimigo parece ser agir como se não pretendesse dar à parte conquistada o tempo *desejado*. Claro que, de acordo com este modo de pensar, é necessário efectuar-se uma profunda análise ao estado das circunstâncias de ambos os lados.

14. Como uma continuação na acção decidirá qual deles irá avançar para o clima

Se realmente existisse esta continuidade imperturbável de operações hostis, tudo seria novamente conduzido para um extremo; pois, independentemente do efeito de tal actividade incessante na inflamação dos sentimentos, na inspiração de um extraordinário grau de paixão e uma poderosa força elementar, também decorreria deste prosseguimento da acção uma estrita continuidade, uma conexão mais estreita entre causa e efeito e, assim, cada acto isolado adquiriria uma maior importância e, consequentemente, estaria mais repleto de perigos.

Mas nós sabemos que o decorrer da acção na Guerra raramente ou nunca tem esta continuidade inquebrável, e que houve muitas Guerras em que a acção ocupou, de longe, a porção mais pequena do tempo total, sendo que o tempo restante foi consumido na inacção. É impossível que isto seja sempre uma anomalia. A suspensão na acção da Guerra deve, portanto, ser possível, não há aqui nenhuma contradição. Vamos agora prosseguir e demonstrar como é isto possível.

15. Nesta altura é requisitado o princípio da polaridade

Tal como supusemos que os interesses de um General são sempre contrários aos interesses do outro, assumimos uma verdadeira *polaridade.* Reservamos uma explicação mais completa acerca disto num outro capítulo, fazendo apenas aqui a seguinte afirmação.

O princípio da polaridade é válido apenas quando pode ser concebido numa única e mesma coisa, quando o positivo e o seu oposto (o negativo) se anulam completamente. Numa luta, cada um dos lados esforça-se para conquistar o outro; nisso há uma verdadeira polaridade, pois a vitória de um dos lados aniquila a vitória do outro. Mas quando falamos de duas coisas diferentes que possuem uma relação comum exterior a si próprias, então não são as coisas mas as relações entre elas que possuem a polaridade.

16. O ataque e a defesa são coisas de espécies diferentes e de força desigual. A polaridade, portanto, não se aplica a nenhum deles

Se existisse apenas uma forma de Guerra, isto é, o ataque do inimigo e não existisse defesa, ou, por outras palavras, se o ataque se distinguisse da defesa meramente pelo objectivo definido que um possui e o outro não, mas os métodos de cada um fossem precisamente os mesmos: então, neste tipo de luta, cada vantagem ganha por um dos lados seria uma desvantagem correspondente para o outro, e existiria uma verdadeira polaridade.
Mas a acção na Guerra divide-se em duas formas, ataque e defesa, o que, como iremos explicar mais em pormenor, são muito diferentes e de força desigual. A polaridade, portanto, reside naquilo que ambos partilham, que constitui uma relação entre ambos, e que é a decisão.
Se um General deseja adiar uma solução, o outro deve desejar apressá-la, mas apenas pela mesma forma de acção. Se for do interesse de A não atacar de imediato o seu inimigo mas daí a quatro semanas, então é do interesse de B ser

atacado, não daqui a quatro semanas mas já. Este é o directo antagonismo de interesses, mas daqui não resulta de forma alguma que seja do interesse de B atacar o inimigo imediatamente. Isso seria algo completamente diferente.

17. O efeito da polaridade é frequentemente destruído pela superioridade da defesa sobre o ataque, e assim se explica a suspensão da acção na guerra

Se o modo de defesa é mais forte do que o do ataque, tal como iremos demonstrar mais à frente, levanta-se a seguinte questão: será a vantagem de uma decisão protelada tão poderosa de um lado quanto a vantagem da forma defensiva do outro? Se assim não for, então ela não pode através do seu contrapeso equilibrar a segunda e assim influenciar o progresso da acção na guerra. Verificamos, portanto, que a força impulsiva existente na polaridade de interesses pode perder-se na diferença entre a força da ofensiva e da defensiva, e tornar-se assim ineficaz.
Se então o lado para o qual o presente está a ser favorável é demasiado fraco para prescindir da vantagem da defensiva, deve aguentar as perspectivas desfavoráveis que o futuro lhe reserva; pois será muito melhor lutar numa batalha pela defensiva, ainda que num futuro pouco promissor, do que assumir uma ofensiva ou estabelecer de imediato a paz. Agora, estando convencidos de que a superioridade da defensiva (bem entendido) é muito grande, e muito maior do que pode parecer à primeira vista, pensamos que a maior parte daqueles períodos de inacção que ocorrem na guerra estão assim explicados sem haver nenhuma contradição. Quanto mais fracos forem os motivos para a acção, mais

facilmente esses motivos serão absorvidos e neutralizados por esta diferença entre ataque e defesa, e mais frequentemente, portanto, irá a acção na guerra ser interrompida, tal como nos ensina a experiência.

18. Um segundo motivo consiste no conhecimento imperfeito das circunstâncias

Mas ainda existe um outro motivo que pode levar a uma paragem na Guerra, nomeadamente, uma visão incompleta da situação. Cada General apenas pode conhecer profundamente bem a sua posição. A posição do seu adversário só pode ser conhecida mediante relatórios, os quais podem ser incertos. Ele pode, portanto, formar um julgamento errado em relação a essa posição segundo os dados dessa descrição, e, em consequência desse erro, pode supor que o poder de tomar a iniciativa reside no seu adversário quando realmente reside em si mesmo. Esta necessidade de um perfeito conhecimento pode certamente ocasionar uma acção fora de tempo, assim como uma inacção fora de tempo e, desse modo, tanto pode contribuir para atrasar como para acelerar a acção na Guerra. Ainda assim, deve ser sempre encarada como uma das causas naturais que pode levar a acção na Guerra a uma paragem sem envolver uma contradição. Mas, se pensarmos no quanto estamos sempre muito mais inclinados e induzidos a calcular o poder dos nossos adversários como sendo superior e não inferior ao nosso, porque é próprio da natureza humana, temos de admitir que o nosso conhecimento imperfeito dos factos em geral deve contribuir em muito para atrasar a acção na Guerra, e para modificar a aplicação dos princípios durante a nossa liderança.

A possibilidade de uma paragem traz à acção na Guerra uma nova modificação, visto que dilui essa acção com o elemento do tempo, trava a influência ou a sensação de perigo no seu curso, e aumenta os meios de se restabelecer o equilíbrio de força perdido.
Quanto maior for a tensão dos sentimentos que desencadearam a Guerra, maior será, portanto, a energia com que ela é levada a cabo, e assim o período de inacção será menor. Por outro lado, quanto mais fraco for o princípio de actividade bélica, mais longos serão estes períodos, pois motivos poderosos aumentam a força da vontade, e isto, como sabemos, é sempre um factor no produto da força.

19. Frequentes períodos de inacção na guerra afastam-na cada vez mais do absoluto e faz com que ela seja mais um cálculo de probabilidades

Mas quanto mais lentamente a acção na Guerra avançar, mais frequentes e longos serão os períodos de inacção e, desta forma, mais facilmente será repetido algum erro. Assim, quanto mais arrojado for um General nos seus cálculos, mais depressa ele os mantém abaixo da linha do absoluto, e irá construir tudo sobre probabilidades e conjecturas. Assim, consoante o decurso da Guerra é mais ou menos lento, mais ou menos tempo será permitido para aquilo que exige a natureza de um caso específico, ou seja, o cálculo da probabilidade baseado em determinadas circunstâncias.

20. Portanto, o factor acaso apenas pretende fazer da guerra um jogo, e esse factor não lhe falta

Verificamos pelo que foi dito atrás o quanto a natureza objectiva da Guerra faz dela um cálculo de probabilidades; ora, existe um único elemento que pretende fazer dela um jogo, e esse elemento não lhe falta: o acaso. Não existe nenhuma outra matéria do foro humano que mantenha uma conexão tão estreita e regular com o acaso como a Guerra. Mas juntamente com o acaso, também o inesperado e a boa sorte ocupam aqui um lugar de grande importância.

21. A Guerra é um jogo tanto objectiva como subjectivamente

Se deitarmos agora um olhar sobre a *natureza subjectiva* da Guerra, ou seja, àquelas condições sob as quais é levada a cabo, ela vai parecer-nos mais como um jogo. Em primeiro lugar, o elemento central das operações de Guerra é o perigo; mas qual é no perigo a primeira das qualidades morais? *A coragem.* Certamente a coragem é bastante compatível com o cálculo prudente, mas ainda assim são coisas de espécies diferentes, são essencialmente qualidades da mente diferentes; por outro lado, confiar na boa sorte, no arrojo e na impetuosidade, são apenas expressões de coragem e todas estas tendências da mente procuram o fortuito (ou o acidental), porque é esse o seu elemento.
Vemos, portanto, como desde o início o absoluto, o matemático como é chamado, não encontra em parte alguma uma base segura nos cálculos na Arte da Guerra; e que desde o início há um leque de possibilidades, probabilidades, boa e má sorte, que estende os fios finos e ásperos da sua teia, e faz com que de todos os ramos de actividade humana a Guerra seja a mais parecida com um jogo.

22. Como este facto está mais de acordo com a mente humana em geral

Embora o nosso intelecto sinta sempre uma inclinação para a evidência e para a certeza, a nossa mente sente, frequentemente, uma atracção pelo incerto. Em vez de tecer o seu percurso com o entendimento ao longo do estreito caminho das investigações filosóficas e das conclusões lógicas, de modo a, quase inconsciente, chegar a locais onde se sente uma estranha e onde parece separar-se de todos os objectos perfeitamente bem conhecidos, prefere permanecer com a imaginação nos reinos do acaso e da sorte. Em vez de ficar a viver além na indigência, revela-se aqui na riqueza das possibilidades. Animada desta maneira, a coragem toma então asas e o desafio e o perigo são o elemento no qual se lança tal como um nadador destemido se lança ao rio.
Irá a teoria deixar o assunto por aqui, e continuar satisfeita consigo mesma e com as conclusões absolutas e as regras? Se assim é não tem qualquer aplicação prática. A teoria deve também ter em conta o elemento humano; deve conceder um lugar à coragem, ao arrojo, até mesmo à impetuosidade. A Arte da Guerra tem de lidar com o real e com as forças morais, a consequência disto é que ela nunca atingirá o absoluto e o concreto. Há, portanto, em toda a parte uma margem para o acidental, tanto nas coisas grandes como nas pequenas. Tal como existe, por um lado, espaço para o acidental, deve haver, por outro, coragem e autoconfiança

na proporção do espaço que resta. Se estas qualidades estiverem disponíveis num grau elevado, a margem deixada pode igualmente ser extraordinária. A coragem e a autoconfiança são, portanto, princípios essenciais para a Guerra; consequentemente, a teoria deve apenas estabelecer tais regras permitindo um vasto campo de acção para todos os graus e variedades destas mais nobres e necessárias de todas as virtudes militares. No desafio deve ainda existir sabedoria, assim como prudência, só que ambos são avaliados num padrão de valores completamente diferente.

23.A Guerra é sempre um meio sério para se atingir um objectivo sério. É a sua definição mais específica

Assim é a Guerra. Assim é o General que a comanda. Assim é a teoria que a regulamenta. Mas a Guerra não é nenhum passatempo; não é uma mera paixão para nos aventurarmos e vencermos. Não é fruto de um livre entusiasmo. É um meio sério para se atingir um objectivo sério. Toda aquela aparência que lhe é dada pelas mais variadas tonalidades da sorte, tudo aquilo que assimila das oscilações da paixão, da coragem, da imaginação, do entusiasmo, são apenas propriedades específicas destes meios.

A Guerra de uma comunidade — de todas as Nações e, particularmente, das Nações civilizadas — nasce sempre de uma condição política e é invocada por um motivo político. É, portanto, um acto político. Se fosse uma expressão de força perfeita, sem restrições e absoluta, como deduzimos da sua mera concepção, então, no momento em que é invocada pela política, tomaria o seu lugar e, como algo independente que é da política, pô-la-ia de parte e seguiria apenas as suas próprias leis, tal como uma mina que no momento da explosão não pode ser guiada em nenhuma outra direcção senão naquela que lhe foi dada pelas disposições preliminares. Isto é como a coisa tem sido vista até agora, sempre que um desejo de harmonia entre política e a condução da Guerra levou a distinções teóricas do género. Mas não é assim e a ideia é totalmente falsa. A Guerra, no mundo real, como tivemos oportunidade de constatar, não é algo que termine de um momento para o outro. É uma operação de poderes que não se desenvolvem todos da mesma maneira e na mesma medida, mas que a uma dada altura se expande suficientemente para vencer a resistência oposta pela inércia ou pela fricção. Enquanto que, noutra altura, esses poderes estão demasiado fracos para produzirem um efeito. A Guerra é, portanto, numa certa medida, a vibração de uma força violenta mais ou menos veemente, por conseguinte, fazendo as suas baixas e exaurindo os seus poderes com maior ou menor rapidez — por outras palavras, seguindo com maior ou menor rapidez para o seu objectivo, mas demorando-se sempre o suficiente para admitir que houve alguma influência no seu percurso, a dar-lhe esta ou aquela direcção. Em resumo, que foi alvo da vontade de uma inteligência que a guiou. Agora, se pensarmos que a Guerra tem a sua raiz num objectivo político, então, naturalmente, este motivo original que a fez nascer, deveria prosseguir a primeira e a mais elevada reflexão da sua conduta.

Todavia, o objectivo político não é, a esse respeito, nenhum legislador despótico. Deve acomodar-se à natureza dos meios, e embora as mudanças nestes meios possam

envolver uma modificação no objectivo político, o último retém sempre um direito prévio para consideração. A política, portanto, encontra-se entrelaçada com toda a acção da Guerra, e deve exercer sobre ela uma influência contínua até onde a natureza das forças libertadas por ela o permitirem.

24. A Guerra é uma mera continuação da política por outros meios

Verificamos, portanto, que a Guerra não é um acto meramente político, mas que é também um verdadeiro instrumento político, uma continuação do intercâmbio político, uma realização do mesmo por outros meios. Tudo o que exista para além disto, que seja estritamente peculiar da Guerra, está relacionado apenas com a natureza peculiar dos meios que ela utiliza. Que as tendências e as visões da política não sejam incompatíveis com estes meios poderá exigir a Arte da Guerra em geral e o General em cada caso específico, e esta exigência não é uma exigência frívola. Mas ainda que isto possa reagir muito poderosamente sobre as visões políticas, nalguns casos particulares, deve ser encarado apenas como uma modificação sobre elas; pois a visão política é o objectivo, a Guerra é o meio e, na nossa mente, o meio deve incluir sempre o objectivo.

25. Diversidade na natureza das guerras

Quanto mais fortes e poderosos forem os motivos de uma Guerra, mais ela afectará toda a existência de um povo.

Quanto mais violenta for a excitação que antecede a Guerra, mais ela se aproximará da sua forma abstracta, mais direccionada estará para a destruição do inimigo, mais os objectivos militares e políticos coincidirão e mais a Guerra irá parecer menos política e puramente militar; mas quanto mais fracos forem os motivos e as tensões, menos a direcção natural do elemento militar — ou seja, a força — será coincidente com a direcção que o elemento político sugere; tanto mais, portanto, a Guerra se verá afastada da sua direcção natural, o objectivo político desviado da finalidade de uma Guerra ideal, e a Guerra parecerá política.

Mas para que o leitor não forme aqui nenhuma ideia falsa, devemos observar que por esta tendência natural da Guerra apenas nos referimos ao filosófico, ao estritamente lógico, e de forma alguma à tendência das forças realmente envolvidas no conflito, no qual seria suposto incluir todas as emoções e paixões dos combatentes. Não há dúvida que nalguns casos isto pode também ser levado até um ponto em que é difícil restringir e confinar à estrada política; mas na maioria dos casos, não existirá uma tal contradição porque a existência de tais esforços tenazes implicaria um grandioso plano em harmonia com eles. Se o plano estiver dirigido para um objectivo insignificante, então os sentimentos entre as massas também seriam insignificantes, de modo que estas massas necessitariam mais de ser estimuladas do que reprimidas.

26. Todos eles podem ser encarados como actos políticos

Regressando agora ao assunto principal, embora seja verdade que num tipo de Guerra o elemento político parece quase desaparecer, enquanto que noutro tipo ele ocupa um lugar muito proeminente, podemos ainda assim afirmar que um é tão político quanto o outro. Se encararmos a política de Estado como a inteligência do Estado personificado, então entre todas as constelações do céu político, cujos movimentos ela tem de controlar, devem estar incluídos os que surgem quando a natureza das suas relações impõe a necessidade de uma grande Guerra. Só se entendermos por política não uma verdadeira apreciação dos assuntos em geral, mas o conceito convencional de um estratagema cauteloso, subtil e também desonesto, adverso à violência, é que o último tipo de Guerra pode pertencer mais à política do que o primeiro.

27. Influência desta visão sobre o correcto entendimento da história militar, e na criação da teoria

Verificamos, portanto, em primeiro lugar que sob todas as circunstâncias a Guerra deve ser encarada não como algo independente, mas como um instrumento político. É apenas ao optarmos por este ponto de vista que podemos evitar encontrar-nos em oposição com toda a história militar. Este é o único meio de destrancarmos o grande livro e de o tornar inteligível. Em segundo lugar, esta visão mostra-nos o quanto a Guerra deve diferir em carácter de acordo com a natureza dos motivos e das circunstâncias de onde provêm.

Ora, o primeiro julgamento, o mais forte e o mais decisivo que o Estadista e o General fazem é exactamente compreender, a este respeito, a Guerra em que se envolvem, não tomá-la por outra coisa qualquer ou desejar que ela seja outra coisa qualquer. Esta é, portanto, a primeira, a mais compreensível de todas as questões estratégicas. Falaremos disto em mais pormenor quando entrarmos no plano da Guerra.

Por agora damo-nos por satisfeitos por termos trazido o assunto até este ponto, e termos desta forma fixado o ponto principal de onde a Guerra e as suas teorias podem ser estudadas

28. Resultado para a teoria

A Guerra é, portanto, não só como um camaleão, pelo facto de mudar as suas cores, em certa medida e em certos casos, como é também, em relação com as tendências predominantes que nela existem, uma espantosa trindade, composta pela violência original dos seus elementos, o ódio e a animosidade, e que podem ser denominados por instinto natural; do jogo das probabilidades e do acaso que fazem dela uma actividade livre da alma; e da natureza subordinada de um instrumento político, através do qual ela pertence estritamente à razão.

A primeira destas três fases diz mais respeito ao povo; a segunda ao General e ao seu exército; e a terceira, ao Governo. As paixões que irrompem na Guerra devem ter já uma existência latente nos povos. O alcance que a exibição de coragem e a aptidão irão ter na esfera das probabilidades e do acaso depende das características especiais

do General e do seu exército, mas os objectivos políticos pertencem apenas ao Governo.
Estas três tendências, de que parecem gostar tantos legisladores diferentes, estão profundamente enraizadas na natureza do assunto e, ao mesmo tempo, variam em intensidade. Uma teoria que deixaria qualquer um deles fora de consideração, ou estabeleceria uma relação arbitrária entre eles, envolver-se-ia imediatamente numa tal contradição com a realidade que a destruiria imediatamente.
O problema é, portanto, que a teoria se manterá de alguma forma indecisa entre estas três tendências, como entre três pólos de atracção.
A forma como este difícil problema pode ser resolvido irá ser examinada no capítulo "Teoria da Guerra". Em todo os aspectos, a noção da Guerra, como aqui foi definida, será o raio de luz que nos revela a verdadeira criação da teoria, e que primeiro separa as grandes massas permitindo-nos distingui-las uma da outra.

O OBJECTIVO E OS MEIOS NA GUERRA

Tendo no capítulo precedente definido a natureza da Guerra, complexa e inconstante, iremos agora examinar a influência que esta natureza tem sobre o objectivo e os meios na Guerra.
Se, em primeiro lugar, perguntarmos qual é objectivo sobre o qual todo o esforço da Guerra deve ser dirigido, de forma que seja suficiente para que se atinja o objectivo político, descobriremos que é ele tão variável quanto o objectivo político e as circunstâncias específicas da Guerra.
Se, em seguida nos ativermos mais uma vez à pura noção da Guerra, então devemos dizer que o objectivo político reside fora do seu país, pois se a Guerra é um acto de violência com vista a forçar o inimigo a cumprir a nossa vontade, então em todos os casos tudo depende de vencermos o nosso inimigo, ou seja, de o desarmar e apenas disso. Este objectivo, proveniente de ideias abstractas, mas que na realidade e na maioria dos casos é o desejado, irá ser analisado em primeiro lugar à luz desta realidade.
Em conexão com o plano de uma campanha iremos daqui em diante examinar mais em pormenor o significado de desarmar uma nação, mas aqui temos de proceder de imediato a uma distinção entre três coisas que,

sendo três objectivos gerais, abarcam tudo o resto. São elas, *o poder militar*, *o país* e *a vontade do inimigo*.
O *poder militar* deve ser destruído, ou seja, reduzido a um tal estado que não lhe seja possível prosseguir a Guerra. Este é o sentido que desejamos, daqui para a frente, seja entendido sempre que usarmos a expressão "destruição do poder militar do inimigo".
O *país* deve ser conquistado, pois no exterior pode formar-se uma nova força militar.
Mas mesmo quando estas duas acções estão cumpridas, a Guerra, ou seja, o sentimento hostil e a acção dos agentes hostis não podem ser considerados extintos enquanto a *vontade* do inimigo não estiver também subjugada; isto é, o Governo e os aliados devem ser forçados a assinar a paz, ou o povo reduzido à submissão; pois enquanto estamos em pleno domínio do país, a Guerra pode rebentar de novo, a qualquer momento, tanto no interior do país como através da assistência prestada pelos aliados. Não há dúvida que isto também pode acontecer depois de se ter estabelecido a paz, mas isso só prova que a Guerra não contém em si os elementos para uma decisão final e definitiva.
Mas mesmo que este seja o caso, mesmo com o estabelecimento da paz, um grande número de centelhas que poderiam continuar a arder subtilmente extinguem-se sempre, e todo aquele furor das paixões esmorece, porque todos aqueles cujas mentes estão viradas para a paz, que em todas as nações e em todas as circunstâncias são sempre muito numerosos, afastam-se completamente da estrada para a resistência. Aconteça o que acontecer de seguida, devemos ter sempre em mente que o objectivo foi atingido e que a Guerra foi dada como terminada, mediante o estabelecimento da paz.

RAMOS DA ARTE DA GUERRA

Literalmente, a Guerra significa luta, pois a luta só por si é o princípio eficiente na actividade múltipla que num sentido lato é chamado Guerra. Mas a luta é um teste de resistência das forças físicas e morais através dos meios destas últimas. Que a moral não poder ser omitida é por si só evidente, pois o estado da mente exerce sempre uma influência decisiva sobre as forças empregues na Guerra.
A necessidade de lutar levou o homem desde muito cedo a invenções especiais de forma a virar a vantagem a seu favor. Em consequência disto, o modo de lutar sofreu grandes alterações; mas, qualquer que seja a forma como ela é conduzida, as suas noções mantêm-se inalteradas, e a luta é o que constitui a Guerra.
As invenções têm sido desde as primeiras armas e equipamentos para os combatentes individuais. Estes têm de ser fornecidos e o seu uso aprendido antes da Guerra começar. São fabricados de modo a adequar-se à natureza da luta, consequentemente são reguladas por ela. Mas obviamente que a actividade empreendida nestas diligências é muito diferente da luta em si; é apenas a preparação para o combate, não a condução do mesmo. É evidente que fornecer armas e equipamentos não é essencial para a concepção da luta, porque andar à pancada também é luta.

A luta determinou tudo o que pertence ao domínio das armas e do equipamento e, em contrapartida, estes modificam o modo de lutar. Existe, portanto, uma reciprocidade de acção entre ambos.

Todavia, a luta permanece como uma actividade muito especial, mais particularmente porque se move num elemento também muito especial, nomeadamente, o elemento perigo.

Se existe então algures a necessidade de se traçar uma linha divisória entre duas actividades diferentes, é aqui; e de modo a vermos claramente a importância desta ideia, necessitamos apenas de relembrar o quanto uma espantosa preparação física de um dos lados não passa de pedantismo desnecessário do outro.

Também não é de forma alguma difícil separar, em pensamento, uma actividade da outra se olharmos para as forças combatentes completamente armadas e equipadas como um meio, cujo uso rentável não depende senão do conhecimento dos seus resultados gerais.

A Arte da Guerra é, portanto, no seu sentido genuíno, a arte de fazer uso na luta dos meios fornecidos, e não lhe poderíamos dar um nome melhor do que "*a Condução da Guerra*".

Por outro lado, num sentido mais lato, todas as actividades que têm a sua existência por causa da Guerra, portanto, toda a criação das tropas, ou seja recrutá-las, armá-las, equipá-las e exercitá-las, pertence à Arte da Guerra.

Para se criar uma teoria sólida é essencial separarmos estas duas actividades. É fácil de ver que, se cada acção da Guerra deve iniciar com a preparação das forças militares, e pressupor como condição essencial para a condução da Guerra forças tão organizadas, essa teoria apenas será aplicada nos poucos casos em que a força disponível é a força adequada. Se, por outro lado, desejarmos ter uma teoria que se adapte a muitos casos, e que não seja totalmente inútil em nenhum deles, ela deve fundar-se naqueles meios que são de uso geral e apenas nos resultados efectivos que deles brotem.

A condução da Guerra é, portanto, a formação e condução da luta. Se esta luta fosse um acto isolado, não haveria necessidade de uma subdivisão, mas a luta é composta de um maior ou menor número de actos isolados, a que chamamos combates, completos em si mesmos, como mostrámos no primeiro ponto do primeiro capítulo, e que formam novas unidades. Daqui surgem actividades totalmente diferentes, como a *formação* e a *condução* destes combates isolados, e a *combinação* deles uns com os outros com vista ao objectivo último da Guerra. A primeira chama-se *táctica,* a outra *estratégia.*

Esta divisão em táctica e estratégia é agora quase de uso geral, e qualquer pessoa consegue razoavelmente colocar um ou outro facto sob cada uma delas, embora sem que se saiba muito bem sob que bases esta classificação está fundada. Porém, quando na prática alguém adere cegamente a estas divisões, elas devem ter uma raiz profunda. Procurámos esta raiz e podemos dizer que chegámos lá apenas pelo uso que a maioria lhe atribui. Por outro lado, procurámos as definições arbitrárias e pouco naturais destas noções estabelecidas por certos autores e que não estão de acordo com o uso geral dos termos.

De acordo com a nossa classificação, portanto, a táctica *é a teoria do uso das forças militares em combate.* A estratégia *é a teoria do uso dos combates para o objectivo da Guerra.*

A forma como a ideia de um combate único, ou independente, é rigorosamente determinada, e as condições às quais esta unidade está ligada, só conseguiremos explicar claramente quando examinarmos o combate. Contentar-nos-emos por agora em dizer que em relação ao espaço, portanto em combates que acontecem ao mesmo tempo, a unidade vai exactamente até onde vai o *comando pessoal;* mas relativamente ao tempo, e portanto em relação a combates que se sucedem num curto espaço de tempo, detém-se naquele momento onde a crise por que passam todos os combates passou completamente.

Podem ainda dar-se casos duvidosos, por exemplo, casos em que vários combates podem ser considerados como sendo só um, mas que não deitarão por terra o grau de distinção que adoptámos, pois o mesmo se passa com todos os graus de distinção de todas as coisas reais que são diferenciadas por uma escala que diminui gradualmente. Podem decerto existir acções de actividade na Guerra que, sem nenhuma alteração no ponto de vista, possam ser consideradas tanto estratégicas como tácticas; por exemplo, posições muito extensas que se assemelhem a uma cadeia de postos, os preparativos para a passagem de um rio em certos pontos, etc.

A nossa classificação atinge e cobre apenas o *uso da força militar*. Mas agora há na Guerra um número de actividades subservientes, e que ainda assim são muito diferentes dela; por vezes, intimamente ligadas, outras com as quais revelam uma menor afinidade. Todas estas actividades se relacionam com a *manutenção da força militar.* Da mesma forma que a criação e o treino precedem o seu uso, também a sua manutenção é sempre uma condição necessária. Mas, numa visão estrita, todas estas actividades devem ser sempre

encaradas apenas como preparativos para a luta; certamente não passam de actividades que estão muito próximas da acção, de forma que emanam do acto hostil alternando em importância com o uso das forças. Temos, portanto, direito de as excluir tanto a elas como às outras actividades preparatórias da Arte da Guerra no seu sentido restrito, da condução da Guerra propriamente dita. E somos forçados a fazê-lo se quisermos agir de acordo com o primeiro princípio de toda a teoria, a eliminação de todos os elementos heterogéneos. Quem é que incluiria na verdadeira "Condução da Guerra" toda a litania de subsistência e administração, por ser admissível permanecer numa constante acção recíproca com o uso das tropas mas ser algo muito diferente?

Dissemos no terceiro ponto do nosso primeiro capítulo, que o combate ou a luta é a única actividade directamente eficaz, portanto o fio de todas as outras, que desembocam e estão incluídas nela. Com isto queríamos dizer que para todas as outras foi indicado um objectivo, o qual, de acordo com as leis específicas de cada uma, elas devem procurar atingir. Iremos aqui explorar melhor este ponto.

As matérias que constituem as actividades exteriores ao combate são de várias espécies.

Uma parte pertence, por um lado, ao combate em si, é idêntico a ele, enquanto que serve, por outro lado, para a manutenção da força militar. A outra parte pertence puramente à subsistência e tem apenas, em consequência da acção recíproca, uma influência limitada nos combates mediante os seus resultados. Os temas que, por um lado, pertencem à luta propriamente dita são, a *marcha*, os *acampamentos* e os *acantonamentos*, pois compreendem muitas situações relativas às tropas, e onde quer que haja

sempre presente a ideia do combate.
ue apenas pertencem à manutenção são,
dado dos doentes, fornecimento e repa-
equipamentos.
uito idênticas ao uso das tropas. O acto
nbate, chamado regra geral manobra, não
nente o uso de armas, mas estas duas
ompleta e necessariamente bem combi-
uma parte integral daquilo a que chama-
s a marcha executada fora de combate
ação de uma medida estratégica. Através
co executa-se o *quando*, *onde e com que*
vada a cabo uma batalha e, para que tal
a é o único meio.
combate é, portanto, um instrumento de
ão é, exclusivamente, um instrumento
tal como a força armada que a executa
da também num possível combate, a sua
tanto a regras tácticas como estratégicas.
ma coluna a estrada tal, num dado lado
ncamento de uma montanha, então isso
atégica, pois contém a intenção de lutar
co da montanha ou do rio, no caso de ser
nbate durante a marcha.
a em vez de seguir a estrada através de
ao longo da crista de uma montanha,
niência da marcha, a coluna se dividir
sto são arranjos tácticos, pois relacio-
rma com que usaremos as tropas no
vizinha.
a da marcha está em constante relação
ara o combate, é portanto táctica na sua

natureza, pois não é nada mais do qu
ou a preliminar para a batalha, que ev
Como a marcha é o instrumento atrav
reparte os seus elementos activos, o
quente que estes apenas surjam medi
e não com os pormenores do seu ve
podia deixar de acontecer que em
fosse muitas vezes substituído pelo p
mos assim falar de uma marcha enge
do que uma alusão àquelas combina
essas marchas conduziram. Esta su
demasiado natural e a concisão da
desejável para que se procure uma
assim não passa de uma cadeia de ic
verdadeiro significado nunca deveri
mente, se pretendermos evitar cair n
Cairíamos no erro se atribuíssemos a
gicas um poder independente dos resu
sobre marchas e manobras combinad
do, e ao mesmo tempo nem uma pal
de onde se tira a conclusão que exis
de vencer o inimigo sem luta. A nature
não podemos mostrar senão mais à f
Mas, embora uma marcha possa ser
rada como uma parte integral do c
certas relações que não pertencem
portanto não são tácticas nem estrat
cem todos os preparativos que diz
acomodação das tropas, à construçã
etc. Isto são apenas condições. Sob n
encontram-se numa conexão estre
identificar-se com as tropas, como, p

sição
ir-se.
tégia
é fre-
ados
, não
ento
Duvi-
mais
a que
ias é
siado
inda
cujo
r em
raté-
emos
ingi-
bate,
erra
erro
nca-
nela
que
ten-
as à
das,
cias,
ase
truir

uma ponte na presença do inimigo. Mas em si mesmo elas são sempre actividades exteriores, é uma teoria que não faz parte da teoria da condução da Guerra.

Os acampamentos, designação esta que na nossa opinião corresponde a toda a disposição das tropas em concentração, ou seja, em ordem de batalha, em contradição com os aquartelamentos ou acantonamentos, constituem um estado de repouso, portanto de recuperação. Mas ao mesmo tempo são também a marcação estratégica da batalha no local escolhido. E, pela forma como se efectuam, contêm as linhas fundamentais da batalha, condição para que se dê início qualquer batalha defensiva. Estas são, portanto, partes essenciais tanto da estratégia como da táctica.

Os acantonamentos tomam lugar em campos para um melhor restabelecimento das tropas. São, portanto, tal como os acampamentos, temas estratégicos no que respeita à posição e à extensão; são assuntos tácticos no que respeita a organização interna, com vista à prontidão para o combate.

Não há dúvida que a ocupação dos acampamentos e dos acantonamentos combina habitualmente com a recuperação das tropas um outro objectivo, por exemplo, a cobertura de de um país, o manter uma posição. Mas pode muito bem ser apenas para restabelecimento das tropas. Lembramos os nossos leitores que a estratégia pode seguir uma grande diversidade de objectivos, pois tudo o que parece uma vantagem pode ser objecto de combate, e a preservação do instrumento com que é feita a Guerra deve, necessariamente, tornar-se o objectivo das suas combinações parciais.

Se, portanto, em tal caso, a estratégia se dedicar apenas à manutenção das tropas, não nos encontramos fora do domínio da estratégia, pois continuamos envolvidos com o uso da força militar, uma vez que qualquer disposição dessa força sobre qualquer ponto que seja do palco da Guerra é considerado uso da força militar.

Mas se a manutenção das tropas num acampamento ou aquartelamento invoca actividades que não fazem uso da força militar, tal como a construção de abrigos, montagem de tendas, subsistência e serviços sanitários em acampamentos ou aquartelamentos, então essas actividades não pertencem nem à estratégia nem à táctica. Até mesmo a localização e a preparação das trincheiras, que fazem parte da ordem de batalha, e que são, portanto, assuntos pertencentes à táctica, não pertencem à teoria da condução da Guerra no que respeita à *execução da sua construção* sendo a perícia e o esforço requeridos para esse trabalho, de facto, qualidades inerentes à natureza de um Exército organizado. A teoria do combate toma-os como certos.

Entre os assuntos que dizem meramente respeito à manutenção de uma força armada, porque nenhuma das partes está identificada com o combate, os mantimentos das tropas vêm em primeiro lugar, uma vez que tem de acontecer quase diariamente por indivíduo. Assim, isto é aquilo que permeia completamente a acção militar nas partes constituintes da estratégia — dizemos partes constituintes da estratégia porque durante a batalha a subsistência das tropas raramente terá qualquer influência na alteração do plano traçado, embora fosse perfeitamente possivel. A preocupação com a subsistência das tropas surge então numa acção recíproca principalmente com a estratégia, e não há nada mais comum para as principais características estratégicas de uma campanha e de uma Guerra do que serem traçadas com vista a este provimento. Mas, por mais importantes e

frequentes que sejam estas visões sobre o abastecimento, a subsistência das tropas continua a ser uma actividade completamente diferente do seu uso, e a primeira apenas tem uma influência sobre a segunda mediante os seus resultados. Os outros ramos de actividade administrativa que mencionámos estão bastante mais afastados do uso das tropas. O tratamento dos doentes e dos feridos, altamente importante já que é para o bem do exército, afecta-o directamente numa pequena porção dos indivíduos que o compõem, e portanto apenas tem uma influência indirecta e fraca sobre o uso do que resta das tropas. O acto de completar e substituir as peças das armas e equipamentos, excepto quando é executado por um organismo de forças e nesse caso constitui uma actividade contínua — acontece apenas periodicamente e, portanto, raramente afecta os planos estratégicos.

Aqui, contudo, temos de nos precaver contra um erro. Em certos casos, estes assuntos podem ser realmente de uma importância decisiva. A distância dos hospitais e dos depósitos de munições pode muito facilmente ser imaginada como causa única de certas decisões estratégicas muito importantes. Não desejamos nem contestar esse ponto nem atirá-lo para a sombra. Mas, presentemente, estamos ocupados, não com os factos particulares de um caso concreto, mas com a teoria abstracta. A nossa afirmação é, portanto, que uma tal influência é demasiado rara para dar à teoria das medidas sanitárias e do fornecimento de munições e armas, uma importância na teoria da condução da Guerra, de forma a fazer com que valha a pena incluir na teoria da condução da Guerra a reflexão das diferentes formas e sistemas que as teorias acima citadas podem fornecer, da mesma forma que é certamente necessário em relação a alimentar as tropas.

Se até aqui entendemos bem os resultados das nossas reflexões, então as actividades pertencentes à Guerra dividem-se em duas classes principais. São elas, os *"preparativos para a Guerra"* e "*a Guerra em si mesma*". Esta divisão deve, portanto, ser também feita em teoria.

O conhecimento e as aplicações da perícia nos preparativos para a Guerra estão embrenhados na criação, disciplina e manutenção de todas as forças militares. Que nomes devem ser-lhes em geral atribuídos é um campo onde não entraremos, mas verificamos que a artilharia, a fortificação, as tácticas elementares, como são chamadas, toda a organização e administração das variadas forças armadas, encontram-se incluídos. Mas a teoria da Guerra em si ocupa-se com o uso destes meios preparados para o objectivo da guerra. Do primeiro necessita apenas dos resultados, ou seja, o conhecimento das propriedades principais dos meios disponíveis. A isto chamamos a "Arte da Guerra", num sentido restrito, ou "Teoria para a Condução da Guerra", ou "Teoria do Emprego das Forças Armadas", significando todos eles, para nós, a mesma coisa.

A presente teoria irá portanto tratar o combate como a verdadeira prova. A marcha, os acampamentos e os acantonamentos serão tratados como circunstâncias que são mais ou menos idênticas. A subsistência das tropas apenas entrará em consideração como *outro caso* relativamente aos seus resultados, não como uma actividade pertencente ao combate.

A Arte da Guerra, vista assim no seu sentido restrito, divide-se de novo em táctica e estratégia. A primeira ocupa-se com a forma do combate separado, a última com o seu uso. Ambas se ligam com as circunstâncias das marchas, acampamentos, acantonamentos, apenas através do combate, e estas circunstâncias são tácticas ou estratégicas de acordo se estão

relacionadas com a forma ou com o significado da batalha. Sem dúvida muitos serão os leitores que considerarão supérflua este cuidadosa separação entre duas coisas que se mantêm tão unidas como a táctica e a estratégia, uma vez que não exercem nenhum efeito directo sobre a condução da Guerra em si. Admitimos que efectivamente seria pedantismo procurar efeitos directos sobre o campo de batalha a partir de uma distinção teórica.

Mas a primeira função de cada teoria é esclarecer noções e ideias que foram misturadas, e, podemos dizer, enredadas e confundidas. Apenas quando é estabelecido um entendimento correcto, em relação a designações e ideias, podemos esperar progredir com clareza e facilidade, e ficar certos de que o autor e o leitor irão ver as coisas do mesmo ponto de vista. A táctica e a estratégia são duas actividades que permitem mutuamente a existência da outra em tempo e espaço sendo, ao mesmo tempo, actividades muito diferentes. As leis interiores e as relações mútuas não poderão ser totalmente inteligíveis para a mente até que seja estabelecida uma noção clara da natureza de cada uma.

Todo aquele que considera isto uma ninharia, deve repudiar toda a reflexão teórica, ou então *o seu entendimento ainda não foi atingido* pelas ideias confusas e complexas cujo ponto de vista não é estável, e que conduzem a resultados não satisfatórios, por vezes aborrecidos, por vezes fantásticos, por vezes navegando em vagas generalidades, que somos frequentemente obrigados a ouvir e a ler acerca da condução da Guerra, devido ao facto de o espírito da investigação cientifica não ter sido correctamente direccionado para estes assuntos.

SOBRE A TEORIA DA GUERRA

1. A primeira noção da "Arte da Guerra" era apenas a preparação das forças armadas

Em tempos passados, pela expressão "Arte da Guerra", ou "Ciência da Guerra", nada mais era entendido do que a totalidade daqueles ramos de conhecimento e aquelas aplicações da perícia que se ocupavam com as coisas materiais. O padrão, a preparação e o modo de usar as armas, a construção de fortificações e trincheiras, a composição de um exército e o mecanismo dos seus movimentos, eram o tema destes ramos de conhecimento e a perícia acima referida. A finalidade e o objectivo de todos eles eram o estabelecimento de uma força armada preparada para a Guerra. Tudo isto dizia respeito apenas a coisas que pertenciam ao mundo material e a uma actividade unilateral, e não era mais do que uma actividade que avançava de ordens mais baixas até uma espécie excepcional de arte mecânica. A relação de tudo isto com a Guerra em si era mais ou menos a que se estabelece entre a arte do cuteleiro e a arte do manejo da espada. O emprego, num momento de perigo e num estado de constante acção recíproca, das energias específicas da mente e do espírito na direcção proposta para elas ainda não foi discutido.

2. A verdadeira Guerra apareceu primeiro na arte dos cercos

Na arte dos cercos observamos em primeiro lugar um certo grau de orientação do combate, algo da acção das faculdades intelectuais sobre as forças materiais colocadas sobre o seu controlo, mas geralmente apenas até ao ponto em que rapidamente elas tomam novas formas materiais, tais como as abordagens, as trincheiras, as contra-abordagens, baterias, etc., e cada passo dado por esta acção das faculdades elevadas era marcado por um resultado considerável. Era apenas o elemento requerido para pôr em ordem estas invenções materiais. Como o intelecto raramente pode manifestar-se neste tipo de guerra, excepto neste tipo de coisas, então quase tudo o que era necessário era feito nesse sentido.

3. Então a táctica tentou encontrar o seu caminho na mesma direcção

Posteriormente a táctica tentou dar ao mecanismo das suas articulações o carácter de uma disposição geral, construído sobre as propriedades peculiares do instrumento, carácter esse que conduz realmente ao campo de batalha, mas em vez de fazer uso da livre actividade da mente, origina um exército que age como um autómato através das suas formações rígidas e ordens de batalha, e que, movendo-se apenas mediante a ordem de comando, é visto como algo que desempenha a sua actividade como um mecanismo de precisão.

4. A verdadeira condução da Guerra surgiu acidentalmente e incógnita

A condução da Guerra propriamente dita, ou seja, o uso dos meios preparados adaptados às necessidades mais especiais, nunca foi um assunto considerado adequado para se formular uma teoria, mas antes como algo que devia ser deixado aos talentos naturais. Aos poucos, à medida que a Guerra passava das lutas de corpo a corpo da Idade Média a uma forma mais regular e sistemática, as vagas reflexões sobre este ponto também começaram a entranhar-se nas mentes humanas, mas na sua maioria apareciam apenas acidentalmente em memórias e narrativas e, até certo ponto, incógnitas.

5. As reflexões sobre acontecimentos militares provocaram a necessidade de uma teoria

À medida que a contemplação da Guerra foi aumentando, e que a sua história assumia a cada dia um carácter mais critico, surgiu a necessidade urgente do apoio de regras e máximas estáveis, para aplacarem as controvérsias que, muito naturalmente, nasciam de acontecimentos militares. Este torvelinho de opiniões, que não giravam em redor de nenhum *pivot* central, nem estavam de acordo com nenhuma lei estabelecida, eram muito desagradáveis para a mente das pessoas.

6. Esforços para se estabelecer uma teoria concreta

Nasceu, então, um esforço para estabelecer máximas, regras e mesmo sistemas para a condução da Guerra. Para isto, foi proposto o estabelecimento de um objectivo concreto, sem se ter em conta as intermináveis dificuldades que a condução da Guerra apresenta em relação a isso. Como foi já demonstrado, a condução da Guerra não possui limites definidos em nenhuma das suas acções, enquanto que cada sistema tem a natureza limitativa de uma síntese, de onde resulta uma irreconciliável oposição entre a teoria e a prática.

7. Limitação a objectos materiais

Em breve os redactores da teoria começaram a sentir dificuldades, e a acharam-se no direito de se libertar delas, dirigindo as suas máximas e sistemas apenas sobre coisas materiais e sobre a actividade unilateral. O seu objectivo era atingir resultados, como acontece na ciência para a preparação para a guerra, inteiramente certa e concreta, e, portanto, tendo apenas em consideração o que podia ser objecto de cálculo.

8. A superioridade dos números

A superioridade em números sendo uma condição material, foi escolhida de entre todos os factores necessários para produzir uma vitória, porque podia ser submetida a leis matemáticas através de combinações de tempo e espaço.

Pensou-se que era possível deixar de lado todas as outras circunstâncias, supondo-as iguais em ambos os lados, e, portanto, neutralizando-se uma à outra. Isto teria sido acertado se tivesse sido realizado para se obter um conhecimento preliminar deste factor, de acordo com as suas relações, e nunca fazer dele uma regra para sempre e considerar-se a superioridade dos números como única lei. Para ver todo o segredo da Arte da Guerra na fórmula, *num determinado momento, num certo ponto, para educar massas superiores* – era uma restrição inválida pela força das realidades.

9. Abastecimento das tropas

Foi feita uma outra tentativa, por uma escola teórica, de se sistematizar também outro elemento material. A ideia era tornar a subsistência das tropas, de acordo com um organismo pré-estabelecido no exército, o legislador supremo na alta condução da guerra. Daqui chegaram realmente a números definidos, mas que permaneceram como números e cálculos arbitrários, e que portanto não podiam ser o teste de uma aplicação prática.

10. Base

Um autor engenhoso tentou concentrar numa única ideia, a da *Base*, uma grande quantidade de objectos, entre os quais incluía várias relações até mesmo com forças não materiais. A lista compreendia a subsistência das tropas, mantê-las completas em número e equipamentos, a segurança das comunicações com o país natal e, finalmente, a

segurança da retirada em caso de necessidade. Ele propôs, em primeiro lugar, substituir todas estas coisas por esta ideia da base; depois, para a própria base, substituir a sua própria duração (extensão); e, por último, substituir o ângulo formado pelo exército com esta base. Tudo isto era feito apenas para obter um resultado puramente geométrico e totalmente inútil. Este último é de facto inesquecível, se pensarmos que nenhuma destas substituições podia ser feita sem que a verdade fosse violada e deixando de lado coisas contidas na ideia original. A ideia da base é uma verdadeira necessidade para a estratégia, e tê-la concebido é digno de mérito. Mas fazer tal uso dela é completamente inadmissível e apenas podia levar a conclusões parciais que forçariam estes teóricos em direcções opostas ao senso comum, nomeadamente a uma crença no efeito decisivo da forma de desenvolvimento do ataque.

11. Linhas interiores

Como reacção contra esta falsa direcção, outro princípio geométrico, o das linhas interiores, foi então elevado ao trono. Embora este princípio permaneça em terreno firme, na verdade de que o combate é o único meio eficaz na guerra é, ainda assim, no que respeita à sua natureza, apenas puramente geométrico, nada mais do que outro caso de teoria unilateral que nunca poderia ganhar ascendência no mundo real.

12. Todas estas tentativas estão abertas a contestação

Todas estas tentativas de se construir uma teoria devem apenas ser consideradas na sua parte analítica como um progresso na região da verdade, mas na sua parte sintética, nos preceitos e regras, são quase impraticáveis.
Esforçam-se por chegar a quantidades exactas, enquanto que na guerra tudo é indeterminado, e os cálculos devem sempre ser feitos com quantidades variáveis.
Dirigem a sua atenção apenas sobre forças materiais, enquanto que toda a acção militar é totalmente invadida por forças inteligentes e pelos seus efeitos.
Só têm em consideração a actividade unilateral, enquanto que a guerra é um estado constante de acção recíproca, cujos efeitos são mútuos.

13. Como regra excluem o génio

Tudo o que não foi atingido por uma tão miserável filosofia, o produto das visões parciais, jaz fora do recinto fechado da ciência — e foi o campo do génio, que *se elevou acima das regras.*
Infeliz do guerreiro que se contenta em rastejar nesta mendicidade de regras, muito prejudiciais ao génio, sobre as quais ele pode revelar a sua superioridade e sobre as quais ele poderá talvez obter um resultado feliz! O que o génio faz deve ser a melhor de todas as regras, e a teoria deveria mostrar como e por que motivo é assim.
Infeliz da teoria que se coloca em oposição à mente! Não

pode reparar esta contradição através da humildade, e quanto mais humilde se mostrar mais depressa o ridículo e o desdém a lançam para fora do mundo real.

14. A dificuldade de formular uma teoria logo que as quantidades morais entram em consideração

Formular uma teoria torna-se infinitamente mais difícil quando atinge a região das quantidades morais. A arquitectura e a pintura sabem o que têm a fazer desde que tenham apenas de lidar com a matéria; não há disputa sobre a construção óptica ou mecânica. Mas logo que as actividades morais iniciam o seu trabalho, assim que se produzem as impressões morais e os sentimentos, todo o conjunto de regras se dissolve em ideias vagas.
A medicina está principalmente envolvida apenas com os fenómenos do corpo; o seu assunto é com o organismo animal, o que, susceptível de mudança perpétua, nunca é exactamente o mesmo em dois momentos diferentes. Isto torna a sua prática muito difícil, e coloca o julgamento do médico acima da sua ciência; mas quanto mais difícil não será o caso se a isto se juntar o efeito moral? A que nível acima da mente deveremos colocar o médico?

15. As quantidades morais não devem ser excluídas na Guerra

Mas presentemente a actividade na Guerra nunca é direccionada apenas para a matéria; está sempre ao mesmo tempo dirigida contra a força inteligente que dá vida a

essa matéria, e separá-las uma da outra é impossível. Mas as forças inteligentes apenas são detectadas pela visão interior, e isso difere de pessoa para pessoa, e é mesmo diferente para a mesma pessoa em épocas diferentes. Como o perigo é o elemento que tudo move na Guerra, é também principalmente pela coragem, o sentimento de poder individual, que o julgamento é diferentemente influenciado. É, até certo ponto, o cristal através do qual tudo passa até atingir o entendimento.
E, contudo, não podemos duvidar que tudo isto adquire um certo valor objectivo simplesmente através da experiência.
Toda a gente sabe o valor moral de uma surpresa, de um ataque pelos flancos ou pela rectaguarda. Toda a gente desvaloriza a coragem do inimigo assim que ele volta as costas, e se aventura mais em perseguição do que quando é perseguido. Toda a gente julga os talentos do General inimigo pela sua reputação, pela sua idade e experiência, e traça o seu percurso de acordo com esses factores. Toda a gente lança um olhar de escrutínio ao seu próprio espírito e aos seus próprios sentimentos, assim como aos do inimigo. Todos estes e outros efeitos similares na esfera da natureza moral do homem estabeleceram-se pela experiência. A eles recorremos perpetuamente e são, portanto, a garantia do nosso reconhecimento enquanto quantidades morais. Que poderíamos fazer com uma teoria que os deixasse fora de consideração?
É certo que a experiência é um título indispensável para estas verdades. Nenhuma teoria ou General devia imiscuir-se com sofismas psicológicos e filosóficos.

16. Principal dificuldade na formulação de uma teoria para a condução da Guerra

Para se compreender claramente a dificuldade da proposta contida numa teoria para a condução da Guerra, e daí deduzir as características necessárias para uma tal teoria, devemos lançar um olhar mais atento às principais particularidades que constituem a natureza da actividade na Guerra.

17. Primeira especialidade – as forças morais e os seus efeitos (sentimento hostil)

A primeira destas especialidades consiste nas forças morais e nos seus efeitos.

O combate é, originalmente, a expressão do *sentimento hostil*, mas nos nossos grandes combates, a que chamamos Guerras, o sentimento hostil converte-se muitas vezes numa mera *visão* hostil. Habitualmente, não existe num indivíduo um sentimento hostil inato para com outro indivíduo. Todavia, o combate nunca se dá sem que esses sentimentos sejam postos em actividade. O ódio nacional, raramente ausente nas nossas guerras, é um substituto à hostilidade pessoal, de indivíduo para indivíduo. Mas mesmo não existindo no início nenhuma animosidade, ou sentimento de hostilidade, eles vão ser atiçados pelo próprio combate; isto porque um acto de violência que alguém comete contra nós, ainda que por ordem de um superior, provocará em nós um desejo de retaliação e vingança, mais cedo do que nos poderes superiores de onde veio a ordem. Isto é um facto de ordem humana, ou animal se assim o quisermos. Estamos

muito aptos a encarar o combate em teoria como uma prova de forças abstracta, sem nenhuma participação dos sentimentos, e esse é um dos milhares de erros que os teóricos deliberadamente cometem, porque não vêm as suas consequências

Para além desse ardor dos sentimentos que naturalmente surgem do combate, existem outros que lhe são exteriores, mas que, devido à sua relação, facilmente se unem — ambição, amor ao poder, entusiasmo de toda a espécie, etc., etc.

18. As sensações de perigo e coragem

Por fim, o combate gera o elemento perigo, no qual todas as actividades da Guerra devem viver e mover-se, tal como o pássaro no ar ou o peixe na água. Mas as influências do perigo passam todas para os sentimentos, quer indirectamente — ou seja, por instinto — ou através do entendimento. No primeiro caso, o efeito seria um desejo de fuga e, se isso não puder ser feito, surge o terror e a ansiedade. Se este efeito não acontecer, então surge a *coragem,* que é um contrapeso a esse instinto. Todavia, a coragem é, sem dúvida, um acto do entendimento, mas igualmente um sentimento, tal como o medo. Este último vela pela preservação física, a coragem pela preservação moral. A coragem é, assim, um instinto nobre. Mas por ser um instinto nobre jamais se permitirá ser usada como um instrumento inanimado, que produz os seus efeitos exactamente de acordo com a medida prescrita. A coragem não é, portanto, um mero contrapeso do perigo de forma a neutralizar o último nos seus efeitos, mas um poder muito específico.

19. Alcance da influência do perigo

Mas para se calcular a exacta influência do perigo sobre os principais actores na Guerra, não devemos limitar a sua esfera ao perigo físico do momento. Ele domina o actor, não só ameaçando-o, mas também ameaçando tudo o que está ao seu cuidado, não só no momento em que se encontra presente, mas também através da imaginação em todos os outros momentos que possuem uma conexão com o presente; finalmente, não só directa mas também indirectamente pela responsabilidade que reside na mente do actor principal com um peso décuplo. Quem pode aconselhar ou decidir uma grande batalha, sem sentir a sua mente mais ou menos agitada ou confusa pelo perigo e pela responsabilidade de tal decisão? Podemos dizer que a acção na Guerra, desde que verdadeira acção, nunca está fora da esfera do perigo.

20. Outros poderes dos sentimentos

Se encaramos estas tendências, estimuladas pela hostilidade e pelo perigo, como sendo específicas da Guerra, não podemos excluir daí todas as outras que acompanham o homem ao longo da sua vida. Essas também encontrarão aqui frequentemente muito espaço. É certo que podemos afirmar que muita acção mesquinha derivada das paixões é silenciada neste assunto sério que é a vida. Mas isso só é bom em relação aos que actuam numa esfera inferior, que, apressando-se de um estado de perigo e empenho para outro, perdem de vista o resto das coisas da vida, *desabituam-se do logro,* por ser desnecessário com a morte, e atingem assim aquelà simplicidade de carácter peculiar de um soldado, que tem sido o melhor representante da profissão militar. Nas esferas mais altas passa-se o contrário, pois quanto mais alta é a posição de um homem, mais ele deve olhar à sua volta; depois, surgem os interesses de vários lados, e uma actividade variada das paixões do bem e do mal. Inveja e generosidade, orgulho e humildade, ferocidade e ternura, podem todas aparecer como poderes activos neste grande drama.

21. Peculiaridade da mente

As características peculiares da mente no líder têm, assim como as dos sentimentos, uma grande importância. De uma mente irresponsável, imaginativa e inexperiente, e de um entendimento sagaz e calmo, esperam-se coisas diferentes.

22. Da diversidade na individualidade mental surge a diversidade de formas que conduzem ao objectivo

É esta grandiosa diversidade na individualidade mental, cuja influência é suposta ser sentida principalmente em posições mais elevadas, uma vez que aumenta à medida que subimos na hierarquia, o que origina principalmente a diversidade de formas que conduzem ao objectivo focado por nós no primeiro capítulo, e que fornece, no jogo das probabilidade e do acaso, uma fatia tão desigual quando pretendemos determinar o curso dos acontecimentos.

23. Segunda peculiaridade — reacção viva

A segunda peculiaridade na guerra é a reacção viva, e a acção recíproca que daí resulta. Não estamos aqui a falar da dificuldade em avaliar essa reacção, pois isso já está incluído na dificuldade anteriormente mencionada, de se tratar os poderes morais como quantidades; mas disto, da natureza desta acção recíproca, opõe-se tudo o que seja como um plano regular. O efeito que cada medida produz sobre o inimigo é o mais distinto de todos os dados que a acção fornece; mas toda a teoria deve restringir-se às classes (ou grupos) de fenómenos e nunca deve dedicar-se a um caso individual. Os casos individuais devem ser sempre deixados ao julgamento e ao talento. É, portanto, natural que num assunto como a Guerra, que nos seus planos — construídos sobre circunstâncias gerais — é frequentemente frustrada por incidentes inesperados e estranhos, mais deva, geralmente, ser deixada ao talento; e mais do que em qualquer outro ponto, não é possível fazer-se uso de um *guia teórico*.

24. Terceira peculiaridade – incerteza de todos os dados

Por último, a grande incerteza de todos os dados na Guerra é uma dificuldade peculiar, porque toda a acção deve, até um certo ponto, ser planeada na luz crepuscular, que lhe dá, não pouco frequentemente — tal como o efeito do nevoeiro ou do luar — uma aparência de dimensões exageradas e pouco naturais. O que esta luz fraca deixa indistinto para o olhar deve o

talento descobrir, ou deve ser deixado à sorte. É, portanto, outra vez no talento, ou no benefício da sorte, que a confiança deve ser depositada, para se chegar a um conhecimento objectivo.

25. É impossível uma teoria concreta

Com esta espécie de materiais apenas podemos dizer para nós mesmos que é claramente impossível criar uma teoria para a Arte da Guerra que, tal como um andaime, possa assegurar ao actor principal um suporte externo em todas as direcções. Em todos esses casos em que ele tem de contar apenas com o seu talento, fica muito afastado deste andaime de teoria e numa posição oposta. Por muito multifacetada que seja a sua estrutura, o mesmo resultado iria dar-se, como quando afirmámos que o talento e o génio agem para além da lei, e a teoria está em oposição com a realidade.

26. Meios disponíveis mediante os quais é possível uma teoria

Apresentam-se-nos dois meios mediante os quais é possível sairmos desta dificuldade. Em primeiro lugar, o que dissemos acerca da natureza da acção militar em geral não se aplica da mesma forma às acções de toda a gente, qualquer que seja a sua posição. Nas camadas mais baixas o espírito de auto-sacrifício é mais exigido mas, em contrapartida, as dificuldades que o entendimento e o julgamento enfrentam são infinitamente menores. O campo de aconte-

cimentos é mais confuso. Os objectivos e os meios são menos numerosos. Os dados mais distintos; contidos, na maior parte, na realidade visível. Contudo, quanto mais subimos na hierarquia, maiores são as dificuldades. Até à posição do General onde elas atingem seu clímax, de modo que nesta posição quase tudo deve ser deixado ao génio. Além disso, de acordo com uma divisão do assunto em *concordância com a sua natureza*, as dificuldades não são as mesmas em todo o lado, mas diminuem quanto mais resultados se manifestarem no mundo material, e aumentam quanto mais passarem pela moral, e se tornarem motivos que influenciam a vontade. Assim, é mais fácil determinar, pelas regras teóricas, a ordem e a conduta de uma batalha, do que o uso a ser feito da batalha em si mesma. Lá onde as armas físicas embatem umas contra as outras, e embora a mente não esteja daí ausente, a matéria deve ter os seus direitos. Mas nos efeitos a serem produzidos pelas batalhas quando os resultados materiais se tornam motivos, apenas temos de lidar com a natureza moral. Numa palavra, é mais fácil formular uma teoria para a *táctica* do que para a *estratégia*.

27. A teoria deve ser da natureza da observação, não da doutrina

A segunda oportunidade para a possibilidade de uma teoria reside no ponto de vista que ela não precisa de ser, necessariamente, uma *indicação* para a acção. Como regra geral, sempre que uma *actividade* é frequentemente ocupada com os mesmos propósitos, com os mesmos objectivos e meios, embora possam existir alterações insignificantes

e um número correspondente de variedades de combinações, tais coisas são capazes de se tornar um tema de estudo para as faculdades de raciocínio. Mas tal estudo é apenas a parte mais essencial de toda a *teoria*, e possui um título peculiar para essa designação. É uma investigação analítica do assunto que conduz a um conhecimento exacto; e se os seus resultados obtidos através da experiência fossem trazidos a lume, que no nosso caso seria a história militar, conduziria a uma profunda familiaridade com ela. A teoria mais directa atinge o objectivo último, quanto mais passar de uma forma objectiva de conhecimento para uma subjectiva de perícia na acção; e tanto mais, portanto, se mostrará eficaz quando as circunstâncias não permitirem outra decisão senão a dos talentos pessoais; revelará os seus efeitos nesse mesmo talento. Se a teoria investigar os assuntos que constituem a Guerra; se separar mais distintamente aquilo que à primeira vista parece estar amalgamado; se explicar inteiramente as propriedades dos meios; se revelar os seus efeitos prováveis; se tornar evidente a natureza dos objectos; se fizer incidir sobre todo o campo da Guerra a luz da investigação essencialmente crítica — então nesse caso cumpriu os deveres fundamentais que lhe competia. Torna-se então um guia para todo aquele que desejar travar conhecimento com a Guerra através dos livros; ilumina-lhe a estrada, facilita-lhe o progresso, ajuda-o a formar um julgamento e escuda-o do erro.

Se um homem erudito passa metade da sua vida na tentativa de esclarecer meticulosamente um assunto intrincado, irá provavelmente saber mais acerca dele do que uma pessoa que procura dominá-lo num curto espaço de tempo. A teoria estabelece que as pessoas podem não ter

todas de passar pelas mesmas tarefas de deslindar ou trabalhar arduamente num mesmo assunto, mas podem encontrá-lo em ordem, com uma interpretação adequada. Deverá formar a mente do futuro líder na Guerra, ou guiá-lo na sua auto-aprendizagem, mas não acompanhá-lo ao campo de batalha; tal como um tutor sensível forma e esclarece a mente aberta de um jovem sem, todavia, ter um domínio sobre ele durante o resto da sua vida.

Se as máximas e as regras resultam das reflexões que a teoria institui, se a verdade se transforma em cristal, então a teoria não se oporá a esta lei natural da mente; irá, pelo contrário, fazê-la sobressair; mas apenas para assim satisfazer a lei filosófica da razão, para assinalar distintamente o ponto para o qual todas as linhas convergem, e não para conceber uma fórmula algébrica a ser usada no campo de batalha. Estas máximas e regras são apenas para determinar mentalmente os contornos dos seus habituais movimentos e não marcações no terreno que lhe indicam o caminho para o campo de batalha.

28. Por este ponto de vista torna-se possível uma teoria, e deixa de estar em contradição com a prática

Seguindo este ponto de vista, há uma séria possibilidade de se poder formular uma teoria da condução da Guerra satisfatória, ou seja, útil, sem se entrar em contradição com a realidade. Dependerá apenas do tratamento racional para a pôr em harmonia com a acção, de modo a que entre teoria e prática deixe de existir essa diferença absurda que uma teoria pouco razoável, em

desafio com o senso comum, frequentemente produziu, mas que, também com a mesma frequência, certas mentes tacanhas e ignorantes usaram como pretexto para dar lugar à sua incapacidade natural.

29. A teoria, portanto, reflecte sobre a natureza das finalidades e dos meios — finalidades e meios na táctica

A teoria deve, portanto, reflectir sobre a natureza dos meios e finalidades.

Na táctica os meios são as forças armadas disciplinadas e levadas para o combate. A finalidade é a vitória. A definição exacta desta noção pode ser melhor explicada daqui para a frente quando falarmos acerca do combate. Contentar-nos-emos, por agora em aceitar a retirada do inimigo do campo de batalha como um sinal de vitória. Através desta vitória, a estratégia ganha o objecto que definiu a razão do combate, e que constitui o seu significado especial. Este significado tem certamente alguma influência na natureza da vitória. Uma vitória que pretende enfraquecer as forças armadas do inimigo é diferente de uma que apenas deseja colocar-nos numa determinada posição. O significado do combate pode, portanto, ter uma influência sensata na sua preparação e condução, consequentemente, será também um assunto para reflexão na táctica.

30. Circunstâncias que acompanham sempre a aplicação dos meios

Assim como há certas circunstâncias que estão presentes ao longo do combate, e têm mais ou menos influência sobre o seu desfecho, estas devem, portanto, ser tidas em consideração na aplicação das forças armadas.
Estas circunstâncias são a localização do combate (terreno), a hora do dia, e o tempo.

31. Localização

A localização, que preferimos deixar para solução, sob a expressão "Pátria e Território" poderia, estritamente falando, não ter qualquer influência se o combate acontecesse num planície perfeitamente nivelada e não cultivada.
Num país de estepe tal pode acontecer, mas nos países cultivados da Europa é quase uma ideia impossível. Portanto, um combate entre nações civilizadas em que o país e o terreno não têm qualquer influência é praticamente inconcebível.

32. Hora do dia

A hora do dia influencia o combate pela diferença entre a noite e o dia; mas a influência estende-se, naturalmente, para lá dos limites desta divisão, uma vez que cada combate tem uma certa duração e as grandes batalhas duram várias horas. Nos preparativos para uma grande batalha, faz uma grande diferença se ele começa de manhã ou à tarde.

Ao mesmo tempo, é certo que muitas batalhas podem ser travadas em que a questão da hora do dia é totalmente irrelevante, e na maioria dos casos a sua influência é insignificante.

33. Tempo

Embora mais raramente, o tempo tem uma influência decisiva, e é apenas devido ao nevoeiro que a sua importância se manifesta.

34. Finalidade e meios na estratégia

A estratégia tem como motivo primeiro a vitória, ou seja, o resultado táctico, como um meio para atingir o seu objectivo e, por último, tudo aquilo que leva directamente à paz. A aplicação dos meios para atingir este objectivo é ao mesmo tempo acompanhada pelas circunstâncias que terá sobre ele uma maior ou menor influência.

35. Circunstâncias que acompanham a aplicação dos meios da estratégia

Estas circunstâncias são o país e o terreno, o primeiro inclui o território e os habitantes de todo o palco da guerra; em seguida, a hora do dia, e a época do ano também; por fim, o tempo, em especial, o específico e pouco habitual, como frio intenso, neve, etc.

36. Estes formam novos meios

Ao combinarmos tudo isto com os resultados de um combate, a estratégia dá a este resultado e, portanto, ao combate, um significado especial. Coloca diante dele um objectivo específico. Mas quando este objectivo não conduz directamente à paz, sendo então um objectivo secundário, deve ser encarado apenas como um meio. Podemos, então, em estratégia, encarar os resultados dos combates, ou das vitórias, em todos os seus diferentes significados, como um meio. A conquista de uma posição é um resultado de um combate aplicado ao terreno. Mas não só devem ser considerados como meios os combates diferentes com objectivos especiais, como devem também ser assim encarados todos os alvos superiores que possamos ter em vista na combinação de batalhas dirigidas a um objectivo comum. Uma campanha de Inverno é uma combinação deste género aplicada à estação do ano.
Só restam, portanto, como objectivos, apenas aqueles factores que podem, supostamente, conduzir à paz. A teoria investiga todos estes meios e finalidades de acordo com a natureza e os seus efeitos, e as suas mútuas relações.

37. A estratégia deduz apenas da experiência as finalidades e os meios a serem examinados

A primeira questão é, como é que a estratégia chega a esta lista completa de factores? Se houvesse necessidade de um inquérito filosófico que conduzisse a um resultado absoluto, este ficaria emaranhado em todas aquelas dificuldades que a

necessidade lógica da condução da guerra e a sua teoria excluem. Ela volta-se então para a experiência, e dirige a sua atenção para aquelas combinações que a história militar pode fornecer. Desta maneira, sem dúvida, nada mais pode ser obtido do que uma teoria limitada, que é apenas útil para circunstâncias idênticas às que se apresentam na história. Mas esta incompletude é inevitável, porque em todos os casos a teoria tem sempre de deduzir de, ou comparar com, aquilo que a história lhe apresenta das coisas. Além disso, esta incompletude é em todos os casos mais teórica do que real.
Uma grande vantagem deste método é que a teoria não pode perder-se em indagações incompreensíveis, subtilezas e quimeras, mas deve sempre permanecer prática.

38. Quão longe deve ser levada a análise dos meios

Outra questão é, quão longe deve a teoria ir na sua análise dos meios? Evidentemente, apenas até onde os elementos numa forma separada se apresentarem para reflexão na prática. O alcance e o efeito de diferentes armas são muito importantes para a táctica; a sua construção, embora esses efeitos resultem daí, é uma questão insignificante; pois a condução da guerra não é produzir pólvora e canhões a partir de uma certa quantidade de carvão, enxofre e nitrato de potássio, cobre e estanho: as quantidades para a condução da guerra são armas num estado acabado e os efeitos que elas produzem. A estratégia usa mapas sem se preocupar com as triangulações; para atingir bons resultados militares, não se interroga acerca das divisões do país, se está dividido em departamentos e

regiões ou não, nem como o povo está a ser governado e educado; mas aceita as coisas como as encontra na Comunidade dos Estados Europeus, e observa onde condições muito diferentes têm uma notável influência na Guerra.

39. Exigência de uma grande simplificação do conhecimento

Que desta forma o número de assuntos para a teoria está mais simplificado, e o conhecimento indispensável para a condução da Guerra muito reduzido, é fácil de perceber. O grande volume de conhecimentos, equipamentos e perícia que contribuem para a acção na Guerra em geral, e que são necessários antes de um exército totalmente equipado poder partir para o campo, une nalguns bons resultados antes de atingirem, na presente Guerra, o resultado final da sua actividade; tal como os ribeiros de um país se unem em rios antes de desembocarem no oceano. Apenas aquelas actividades que desembocam directamente no mar da Guerra têm de ser estudadas directamente por aquele que pretende conduzir as suas operações.

40. Isto explica o rápido crescimento dos grandes generais, e o motivo por que um general não é um homem de aprendizagem

Este resultado das nossas reflexões é realmente tão necessário, que qualquer outro ter-nos-ia deixado desconfiados da sua exactidão. Somente assim é explicado o grande sucesso na Guerra que alguns homens revelaram tantas

vezes, mesmo em altos postos como no Comando supremo, cujas ocupações anteriores eram de uma natureza completamente diferente; de facto, como regra, os Generais mais proeminentes nunca vinham de uma classe muito erudita de oficiais. Eram sobretudo homens que, pelas circunstâncias da sua posição, nunca poderiam obter uma grande quantidade de conhecimentos. A esse respeito, todos aqueles que consideraram necessário, ou até mesmo benéfico, iniciar-se a educação e a instrução de um futuro general têm sido sempre ridicularizados e vistos como pedantes absurdos. Seria fácil mostrar o mau resultado de tal coisa, porque a mente humana é treinada pelo conhecimento que lhe é transmitido e na direcção que é dada às suas ideias. Apenas o que é notável pode produzir actos notáveis. O insignificante apenas pode gerar actos insignificantes, se a própria mente o não rejeitar como algo repugnante.

41. Contradições anteriores

Pelo facto de não se ter conseguido atingir esta simplicidade de conhecimentos exigida na Guerra, mas esse conhecimento ter sido sempre misturado com todos os impedimentos das ciências e das artes subordinadas, portanto em oposição palpável aos acontecimentos resultantes da vida real, não podiam ser resolvidos de outra forma senão imputando tudo isso ao génio, o qual não exige teoria e para o qual nenhuma teoria poderia ser indicada.

42. A este respeito todo o uso do conhecimento seria negado, e tudo imputado aos talentos naturais

As pessoas para quem o senso comum é uma vantagem aperceberam-se do fosso que existe entre um génio genuíno e um pedante erudito; e tornaram-se, de certa forma livres-pensadores, rejeitaram toda a crença na teoria, e afirmaram que a condução da Guerra era uma função natural do homem, que ele desempenha mais ou menos bem de acordo com o seu talento. Não podemos negar que esses estiveram mais próximos da verdade do que aqueles que dão valor ao falso conhecimento; ao mesmo tempo, podemos facilmente constatar que tal visão não passa de um exagero. Nenhuma actividade do entendimento humano é possível sem um certo leque de ideias: mas estas são, pelo menos para a maior parte, não inatas mas adquiridas, e constituem o seu conhecimento. A única questão, portanto, é de que género deverão ser estas ideias; e penso que respondemos se dissermos que deviam ser do género daquelas com que o homem tem de lidar directamente na Guerra.

43. O conhecimento deve ser adequado à posição

Dentro deste campo da actividade militar, o conhecimento exigido deve ser diferente consoante a base militar do Comandante. Será dirigida a objectivos menores e mais circunscritos se a sua posição for inferior, e será dirigida a objectivos maiores e mais exigentes se ocupar uma posição superior. Há Marechais de campo que jamais teriam brilhado à frente de um regimento de cavalaria e vice-versa.

44. O conhecimento na Guerra é muito simples, mas não é, ao mesmo tempo, muito fácil

Mas embora o conhecimento na Guerra seja simples, ou seja, direccionado para tão poucos assuntos, e dedicando-se a alguns apenas nos seus resultados finais, a arte de execução não é, a esse respeito, fácil. Das dificuldades a que a actividade na Guerra está geralmente sujeita, já falámos no primeiro capítulo; aqui omitimos tudo aquilo que apenas pode ser superado pela coragem, e defendemos também que a actividade da mente só é simples e fácil em cargos militares mais baixos, aumentando em dificuldade à medida que se sobe de cargo, sendo a de Comandante-em Chefe, uma das que deve ser encarada como das mais difíceis que existem para a mente humana.

45. Da natureza deste conhecimento

O Comandante de um exército não precisa de ser nem um erudito em história nem um publicista, mas deve ser bem versado nos altos assuntos do Estado; deve conhecer e saber julgar correctamente as tendências tradicionais, os interesses em jogo, as questões mais prementes, e o carácter das pessoas que lidera; não necessita de ser um observador de perto, um dissecador agudo do carácter humano, mas deve conhecer o carácter, os sentimentos, os hábitos, os erros peculiares e as inclinações daqueles que comanda. Não necessita saber como é que se faz uma carruagem, ou o arnês de um cavalo, mas deve saber calcular exactamen-

te a marcha de uma coluna, sob diferentes circunstâncias, de acordo com o tempo exigido. Estes são os temas cujo conhecimento não pode ser produzido por nenhum mecanismo científico: adquirem-se pelo exercício de um julgamento meticuloso na observação das coisas e dos homens, auxiliado por um especial talento para a apreensão de ambos.

O conhecimento necessário para uma posição elevada na acção militar distingue-se então desta forma, que pela observação, pelo estudo e pela reflexão, apenas será atingido por alguém de um talento especial cujo instinto intelectual sabe exactamente como extrair dos fenómenos da vida apenas a essência do espírito, da mesma forma que as abelhas extraem o mel a partir das flores; e isso deve também ser adquirido com a experiência da vida, assim como pelo estudo e pela reflexão. A vida jamais produzirá um Newton ou um Euler pelos seus excelentes ensinamentos, mas pode produzir grandes estrategas na guerra, tais como Condé ou Frederick.

Não é, portanto, necessário que, de forma a defender a dignidade intelectual da actividade militar, tenhamos de recorrer a falsidades e a um pedantismo tolo. Nunca existiu um Comandante notável com uma estreiteza de mente, mas muitas são as vezes em que os homens que, depois de terem servido com grande distinção em postos mais baixos, não passaram da mediocridade num posto mais elevado. Que mesmo entre aqueles que mantêm um posto de Comandante-em-Chefe há uma diferença de acordo com o grau de poder que detêm, é uma questão óbvia.

46. A ciência deve tornar-se arte

Agora ainda temos de reflectir numa condição que é mais necessária para o conhecimento da condução da Guerra do que para qualquer outra, que é ela dever passar totalmente para a mente e deixar de ser algo objectivo. Em quase todas as outras artes e ocupações da vida o agente activo pode fazer uso das verdades que aprendeu apenas uma vez, cujo espírito e percepção já perdeu, e que extrai de livros poeirentos. Mesmo as verdades a que recorre e usa no dia-a-dia continuam a ser algo exterior a ele. Se um arquitecto pega numa caneta para estabelecer a força de um embarcadouro através de um cálculo complicado, a verdade a que chega não é uma emanação da sua mente. Primeiro tem de encontrar os dados através do seu esforço e depois submetê-los a uma operação da mente, cuja regra não foi ele que descobriu e de cuja necessidade esteja apenas meio consciente, mas que aplica, na maior parte das vezes, com uma perícia quase mecânica. Mas na Guerra nunca é assim. A reacção moral, a forma como as coisas estão sempre a mudar, faz com que seja necessário que o líder empregue ele mesmo todo o trabalho mental do seu conhecimento, e que em qualquer parte e a cada batida do coração ele saiba aplicar a decisão requerida vinda de si mesmo. O conhecimento deve, através de uma completa assimilação da sua própria mente e da sua vida, ser convertido num verdadeiro poder. Esta é a razão pela qual tudo parece tão fácil com aqueles homens honrados na Guerra, e por que razão tudo é atribuído ao talento natural. Dizemos talento natural de forma a distingui-lo daquele que é adquirido e amadurecido pela observação e pelo estudo.

Pensamos que através destas reflexões explicámos o problema de uma teoria da condução da Guerra, e apontámos o caminho para a sua solução.
Dos dois campos em que dividimos a condução da Guerra, a táctica e a estratégia, a teoria da última contém, inquestionavelmente, como anteriormente observado, as maiores dificuldades. A primeira está praticamente limitada a um campo de objectivos circunscritos, enquanto que a última, na direcção dos objectivos que conduzem directamente à paz, abre para si mesma um campo ilimitado de possibilidades. Uma vez que na maior parte das vezes o Comandante-em-chefe tem apenas de manter estes objectivos firmemente em vista, a parte da estratégia em que ele se move é também a que está particularmente sujeita a esta dificuldades
A teoria, portanto, especialmente onde se englobam os cargos mais elevados, deter-se-á mais depressa na estratégia do que na táctica da simples reflexão das coisas, e contentando-se em auxiliar o Comandante nessa visão interior das coisas que, enredadas em todo o seu pensamento, torna o seu percurso mais fácil e mais seguro, sem nunca o forçar a oposição consigo mesmo de modo a obedecer a uma verdade objectiva.

ARTE OU CIÊNCIA DA GUERRA

1. *Prática ainda não estabelecida (Poder e conhecimento. Ciência como mero conhecimento; Arte, quando fazer é o objectivo)*

A escolha entre estes termos parece ainda não estar estabelecida, e ninguém parece saber muito bem em que base deve ser decidido. Contudo, a questão é simples. Dissemos já, anteriormente, que "conhecer" é algo diferente de "fazer". Os dois são tão diferentes que não devem ser facilmente tomados um pelo outro. O "fazer" não pode constar em nenhum livro e, portanto, também a Arte nunca deveria ser o título de um livro. Mas porque nos acostumámos um dia a combinar em ideia, sob o nome da teoria da Arte, ou simplesmente Arte, os ramos do conhecimento (que podem ser separadamente ciências puras) necessários para a prática de uma Arte, é portanto coerente continuar com este grau de distinção e chamar a tudo Arte quando o objectivo é levar a cabo o "fazer" (ser capaz), como por exemplo, a Arte da construção; Ciência, quando o objectivo é somente o conhecimento; como a Ciência da matemática, da astronomia. Que

em todas as Artes podem ser incluídas algumas ciências completas é por si só compreensível, e não deve deixar-nos admirados. Na matemática, por exemplo, o uso de figuras e a álgebra é uma arte, mas esse é um entre muitos exemplos. A razão é que, por muito evidente e palpável que seja a diferença entre conhecimento e poder nos resultados compostos do conhecimento humano, é ainda assim difícil traçar a sua linha divisória no próprio homem.

2. Dificuldade em separar a percepção do julgamento (Arte da Guerra)

Todo o pensamento é realmente Arte. Onde o especialista em lógica desenha uma linha, onde as premissas se detêm que são o resultado da cognição, onde começa o julgamento, é onde começa a Arte. Mas mais do que isto: até mesmo a percepção da mente é novamente julgamento e, consequentemente, Arte; e, por fim, até mesmo a percepção pelos sentidos. Numa palavra, se é impossível imaginar um ser humano possuir apenas a faculdade da cognição, desprovido de julgamento ou o contrário, então a arte e a ciência nunca poderão estar completamente separadas uma da outra. Quanto mais estes elementos subtis de luz se personalizam em formas exteriores do mundo, tanto mais separados parecem estar os seus domínios. E mais uma vez, onde o objectivo é a criação e a produção, estamos na região da arte; onde o objectivo é a investigação e o conhecimento é a ciência que domina. Para finalizar, é mais adequado dizer-se Arte da Guerra do que Ciência da Guerra. E é tudo em relação a este assunto, porque não podemos continuar sem estas noções. Mas agora avançamos com a

noção de que a guerra não é Arte nem Ciência no seu significado real e que foi apenas a posição inicial do ponto de partida das ideias que conduziu a uma direcção errada, que causou que a Guerra fosse colocada a par com outras artes e ciências, e levou a um numero de analogias erradas.
Isto já foi sentido antes, e a esse respeito manteve-se que a guerra é um trabalho artesanal; mas com isso perdeu-se mais do que se ganhou, pois o trabalho artesanal é apenas uma arte inferior, e como tal está também sujeito a leis rígidas e definidas. Na realidade, a Arte da Guerra continuou a existir durante algum tempo dentro do espírito do artesanato — estamos a referir-nos aos tempos dos Condottieri (1) – mas depois recebeu essa direcção, não devido a causas intrínsecas, mas externas; e a história militar mostra quão curto foi esse tempo de acordo com a natureza da coisa.

3. A Guerra faz parte do relacionamento entre os elementos da raça humana

Afirmamos, portanto, que a Guerra pertence não à esfera da Ciência e da Arte, mas à esfera da vida social. É um conflito de grandes interesses estabelecido mediante o derramamento de sangue, e apenas nisso é diferente dos outros. Seria melhor, se em vez de a compararmos com qualquer uma das artes, a comparássemos a uma negociação, que também é um conflito de interesses e actividades do foro humano; e é também mais semelhante à política do Estado,

(1) — Condottieri – líderes mercenários empregados pelas cidades estado italianas, durante a Idade Média (N. T.)

que também, por seu lado, pode ser encarada como uma espécie de negociação em grande escala. Além disso, a política de Estado é o útero onde a Guerra se desenvolve, onde os seus contornos jazem ocultos num estado rudimentar, como as características das criaturas vivas no seu estado embrionário.

4. Diferença

A principal diferença consiste nisto, que a Guerra não é nenhuma actividade da vontade, a qual se manifesta sobre matéria inanimada como as artes mecânicas; ou sobre um assunto vivo mas ainda assim passivo e submisso, tal como a mente humana e os sentimentos humanos nas artes ideais, mas contra uma força viva que reage. O quão pouco as categorias das Artes e das Ciências são aplicáveis a uma tal actividade atinge-nos imediatamente; e, ao mesmo tempo, conseguimos perceber como essa constante procura o esforço atrás de leis como aquelas que podem ser desenvolvidas a partir do mundo material morto apenas podiam conduzir-nos a erros constantes. E, contudo, seriam apenas as artes mecânicas que algumas pessoas imitariam na Arte da Guerra. A imitação das artes ideais estava praticamente fora de questão porque elas próprias dispensam demasiado as regras e as leis, e aquelas tentadas até agora, sempre reconhecidas como insuficientes e parciais, estão perpetuamente indeterminadas e esquecidas pela corrente de opiniões, sentimentos e costumes.

Se um tal conflito dos vivos, tal como acontece e se estabelece na Guerra, está sujeito a leis gerais, e se estas são ou não capazes de indicar uma linha útil de acção, será parcialmente investigado neste livro. Mas torna-se tão evidente que isto, tal como qualquer outro assunto que não ultrapasse os nossos poderes de entendimento, pode ser iluminado, e ser mais ou menos directo nas suas relações através de uma mente inquiridora, e basta isso para se formar a ideia de uma teoria.

MÉTODO

De modo a fornecermos uma explicação clara relativamente à noção de método, e do método da acção, o qual desempenha um papel tão importante na Guerra, deve ser-nos permitido lançar um rápido olhar sobre a hierarquia lógica através da qual, assim como através dos oficiais regularmente constituídos, o mundo da acção é governado.

A lei, no seu sentido lato aplicada estritamente à percepção, tal como a acção, possui no seu significado literal algo claramente subjectivo e arbitrário, que é justamente expresso na dependência existente entre nós e aquelas coisas que nos são externas. Enquanto assunto cognitivo, a *lei* é a relação recíproca entre as coisas e os seus efeitos. Enquanto assunto da vontade, é o motivo da acção, e é então equivalente à *autoridade* ou à *proibição.*

O princípio é igualmente uma lei para a acção só que ele não possui o significado definitivo oficial, mas é apenas o espírito e a percepção da lei de forma a deixar ao julgamento mais liberdade de aplicação quando a diversidade do mundo real não pode ficar retida sob a forma explícita de uma lei. Como o julgamento deve por si mesmo sugerir os casos em que o princípio não é aplicável, este último torna-se, portanto, um auxílio real ou um guia para a pessoa que age.

O princípio é *objectivo* quando é o resultado da verdade objectiva, e, consequentemente, de igual valor para todos os homens; é *subjectivo*, e então geralmente chamado *Máxima* se nele existirem relações subjectivas, e se tiver apenas um certo valor para a própria pessoa que o constrói.

A *regra* é frequentemente tomada no mesmo sentido da *Lei*, e então significa o mesmo que o *Princípio*, pois dizemos que "hão há regra sem excepção", mas não dizemos "não há lei sem excepção". Isto é um sinal de que com a *Regra* reservamos para nós mesmos mais liberdade de aplicação.

Num outro sentido a *Regra* é o meio usado para discernir uma verdade recôndita num sinal particular que esteja ao alcance da mão, de forma a agregar a este sinal particular a lei de acção direccionada para toda a verdade. Deste tipo são todas aquelas regras dos jogos, todos os processos resumidos em matemática, etc.

Instruções e *normas* são determinações de acção que têm uma influência sobre um número de circunstâncias menores demasiado numerosas e insignificantes para as leis gerais.

Por fim, o *Método, modo de acção,* é um procedimento seleccionado entre várias possibilidades, a que sempre se recorre; e o *Metodismo* é aquele que é determinado pelo método e não por princípios gerais ou prescrições particulares. Por este motivo, todos os casos que são colocados sob tal método devem necessariamente ser idênticos nas suas partes essenciais. Como nem todos podem ser assim, a questão é que pelo menos o máximo possível deveria ser; por outras palavras, o Método devia ser calculado nos casos mais prováveis. O metodismo não está portanto fundado sobre premissas exactas e determinadas, mas sobre a probabilidade média dos casos um com o outro; e a sua tendência final é estabelecer uma verdade média, cuja aplicação constante e uniforme rapidamente adqui-

re algo de mecânico, e que no final leva a que se actue de forma acertada quase inconscientemente.

A noção de lei em relação à percepção não é necessária para a condução da Guerra, porque os complexos fenómenos da Guerra não são regulares, e o regular não é tão complexo, que nos desse a ganhar algo mais através dessa noção do que pela simples verdade. E aqui é suficiente uma noção e uma linguagem simples e recorrer ao complexo torna-se afectação e pedantismo. Esta noção de lei em relação à acção não pode ser usada na teoria da condução da Guerra, porque devido à variedade e à diversidade de fenómenos não existe nela determinação de uma natureza tão geral que obedeça ao nome da lei.

Mas princípios, regras, prescrições e métodos são noções indispensáveis para uma teoria da condução da Guerra, até ao ponto dessa teoria conduzir a doutrinas absolutas, porque em doutrinas a verdade apenas pode cristalizar-se em tais formas.

Uma vez que a táctica é o ramo da condução da Guerra no qual a teoria pode aproximar-se o mais possível da doutrina absoluta, estas doutrinas irão aparecer mais frequentemente.

Não usar a cavalaria sobre uma infantaria intacta, excepto nalguns casos de especial emergência, usar apenas armas de fogo dentro de um alcance eficiente em combate, poupar as forças o mais possível para a batalha final — estes são princípios tácticos. Nenhum deles pode ser aplicado em absoluto em todos os casos, mas devem constar ser sempre da mente do líder, de forma que o benefício da verdade neles contida não se perca em casos que a verdade possa ser uma vantagem.

Se a partir de um cozinhado pouco usual vindo do campo

do inimigo é possível deduzir os seus movimentos, se a exposição intencional das tropas num combate indicar um falso ataque, então esta forma de discernir a verdade é chamada regra, porque essa conclusão é tirada a partir de uma única circunstância visível que lhe é correspondente. Se for regra atacar o inimigo com vigor renovado, assim que ele começar a fazer aquecimento da sua artilharia no combate, então deste facto particular depende um decurso de acção que visa a situação geral do inimigo que provém do facto acima descrito, nomeadamente, que ele está prestes a desistir da luta, que está a começar a retirar as suas tropas, e que nem é capaz de manter uma posição.

Regulamentos e *métodos* suscitam teorias preliminares à condução da Guerra, até ao ponto de as tropas disciplinadas ficarem inoculadas com elas como princípios activos. Todo o corpo de instruções para as formações, exercícios militares e serviços de campo são regulamentos e métodos: nas instruções para os exercícios militares domina o primeiro, nas instruções do serviço de campo domina o segundo. A verdadeira condução da Guerra estabelece com eles uma ligação; apodera-se deles, como meios eficazes de proceder, e é sob essa forma que devem aparecer na teoria da condução da Guerra.

Mas para aquelas actividades que conservam a liberdade no emprego destas forças não pode haver regulamentos, ou seja, não pode haver instruções definidas porque elas iriam abolir a liberdade de acção. Os métodos, por outro lado, como modo geral de executar as tarefas à medida que vão surgindo, calculados, tal como dissemos, pela média da probabilidade ou pela influência dominante de princípios e regras postos em prática, podem certamente aparecer na teoria da condução da Guerra, desde que não estejam re-

presentados como algo diferente daquilo que são, não como modos absolutos e necessários de agir (sistemas), mas como a melhor das formas gerais que podem ser usadas como atalhos no lugar de uma disposição específica para a ocasião, de acordo com a própria vontade

Mas a aplicação frequente dos métodos irá ser vista como sendo muito essencial e inevitável na condução da Guerra, se pensarmos no quanto muita da acção resulta de conjecturas, ou de uma completa incerteza. Isto porque nenhum dos lados pode conhecer todas as circunstâncias que influenciam as disposições do outro, ou porque, mesmo que essas circunstâncias que influenciam as decisões do outro fossem realmente conhecidas, não há, devido à dimensão e às disposições que isso acarretaria, tempo suficiente para que o outro consiga levar a cabo todas as medidas necessárias de contra-ataque — medidas essas que na Guerra devem ser sempre calculadas num certo número de possibilidades; se pensarmos quão numerosas são as coisas triviais pertencentes a cada acontecimento isolado, e que portanto deveriam ser tomados em consideração junto com elas, e que também não existe outro meio de imaginar um contra-atacado pelo outro, e basear os nossos planos apenas no que é de natureza geral e provável; se, finalmente, pensarmos que, devido ao número crescente de oficiais que existem à medida que descemos na escala hierárquica, muito pouco deve ser deixado ao verdadeiro discernimento e a um maduro julgamento dos indivíduos quanto mais baixa for a esfera de acção, e que quando atingimos esses níveis onde não podemos procurar outras noções senão aquelas que os regulamentos do serviço e a experiência fornecem, devemos ajudá-los com as formas metódicas que orlam esses regulamentos. Isto servirá tanto como suporte

para o seu julgamento como de barreira contra visões extravagantes e erróneas, as quais devem ser especialmente temidas numa esfera onde a experiência é tão valiosa.

Para além desta absoluta necessidade de método na acção, devemos também reconhecer que o método tem uma grande vantagem: através da constante repetição de um exercício formal, é atingida uma prontidão, uma precisão e uma firmeza no movimento das tropas que diminui a fricção natural, e faz com que a máquina se mova mais facilmente. O método irá, portanto, de uma maneira geral, ser mais usado; será tanto mais indispensável quanto menor for a posição do agente activo; e vice-versa até quase desaparecer completamente na posição mais elevada. Por esta razão, desempenha melhor o seu papel na táctica do que na estratégia.

A Guerra, na sua perspectiva mais apurada, consiste numa série de eventos notáveis e isolados com os quais se deve lidar separadamente, e não numa infinidade de pequenos acontecimentos, cuja diversidade compensa uns e outros, e que portanto são melhor ou pior orientados consoante se o método seguido é melhor ou pior. Não é como um grupo de estacas, cortadas a eito melhor ou pior consoante se a foice é boa ou má, sem se prestar atenção à forma de cada uma, mas antes como um conjunto de árvores de grande porte, no qual o machado deve ser empregue com atenção à forma específica e à inclinação de cada tronco em separado.

Quanto mais alto na actividade militar a admissibilidade do método na acção chegar naturalmente determina-se a si mesmo, não de acordo com a posição real, mas de acordo com as coisas; e afecta as posições mais elevadas num menor grau, só porque estas posições possuem os assuntos

mais compreensíveis da actividade. Uma constante ordem de batalha, uma formação constante de sentinelas e postos avançados, são métodos mediante os quais um General ata as mãos dos seus subordinados, mas também as suas, nalguns casos. É certo que podem ter sido criados por ele, e podem ser aplicados por ele mediante certas circunstâncias, mas podem também ser um assunto para a teoria, ao ponto de se basearem em propriedades gerais de tropas e armas. Por outro lado, qualquer outro método destinado à Guerra ou às campanhas, e que seja o resultado de uma fabricação mecânica, é absolutamente inútil.

Desde que não exista nenhuma teoria que possa ser mantida, ou seja, desde que não exista nenhum tratado esclarecido sobre a condução da Guerra, o método na acção não pode senão ser ultrapassado nos seus próprios limites nas posições mais elevadas, pois os homens que pertencem a estas esferas de actividade nem sempre tiveram a oportunidade de se auto-educarem através do estudo ou de interesses maiores. Não encontram o seu caminho naquelas indagações impraticáveis e inconsistentes dos teóricos e críticos. O seu sábio senso comum rejeita-as, já que o conhecimento que possuem é o que deriva da experiência. Nesses casos que admitem, e exigem, um tratamento individual livre, rapidamente fazem uso dos meios que a experiência lhes dá, ou seja, uma imitação dos métodos específicos praticados pelos grandes Generais, de onde um método de acção surge então. Se tomarmos como exemplo os Grandes Generais de Frederick, fazendo sempre a sua aparição na chamada ordem oblíqua da batalha, os Generais da Revolução Francesa a utilizarem movimentos giratórios com uma extensa linha de batalha, e os tenentes de Bonaparte entregando-se ao ataque com uma energia sanguinária de massas concentradas, é evidente que reconhecemos na repetição do modo de proceder um método adoptado, verificando assim que esse método de acção pode atingir regiões que orlam a perfeição. Facilitasse uma teoria melhorada o estudo da condução da Guerra, formasse a mente e o julgamento dos homens que sobem aos postos de comando, então também o método na acção não chegaria tão longe, e aquela parte considerada indispensável iria ser formada a partir da própria teoria, e não provir da mera imitação. Por muito extraordinário que seja o modo de agir de um grande Comandante, há sempre algo subjectivo na forma como ele age. Pois se ele age de uma certa maneira, uma larga parte da sua individualidade está aí contida e que nem sempre está de acordo com a individualidade da pessoa que o copia.

Ao mesmo tempo, não deveria ser possível nem correcto banir completamente da condução da Guerra um método ou um estilo subjectivos: deveriam antes ser encarados como uma manifestação dessa influência que o carácter geral de uma Guerra tem sobre os seus eventos isolados, e cuja satisfação apenas pode ser obtida se a teoria não for capaz de antever este carácter geral e a incluir nas suas considerações. Há alguma coisa mais natural do que a forma peculiar como a Guerra da Revolução Francesa aconteceu? E em que teoria podia alguma vez constar esse método peculiar? O único mal é que essa forma de proceder que se origina num caso especial facilmente sobrevive a si mesma, porque continua a existir enquanto as circunstâncias mudam imperceptivelmente. Isto é o que a teoria deveria evitar através de um criticismo lúcido e racional. Quando no ano de 1806, os Generais Prussianos, o Príncipe Louis em Saafeld, Tauentzien em Dornberg, perto de Jena, Gra-

wert à dianteira e Ruchel atrás de Kappellendorf, se atiraram todos contra as mandíbulas abertas da ordem oblíqua de Frederick o Grande e conseguiram devastar o exército de Hohenlohe de uma forma que jamais algum exército foi aniquilado, mesmo ali no campo de batalha, tudo foi feito de uma maneira que sobreviveu àquele dia, juntamente com a mais perfeita estupidez a que o método alguma vez conduziu.

CRITICISMO

A influência dos princípios teóricos sobre a vida real é produzida mais através do criticismo do que através da doutrina, uma vez que criticismo é uma aplicação da verdade abstracta aos acontecimentos reais, portanto, não só traz esta verdade para mais perto da vida, como também acostuma o entendimento a essas verdades pela constante repetição da sua aplicação. Consideramos, assim, que é necessário fixar o ponto de vista para o criticismo ao lado do da teoria.

A partir da simples narrativa de um acontecimento histórico que coloca os acontecimentos por ordem cronológica, ou quanto muito apenas aflora as suas causas imediatas, separamos o *crítico.*

Neste *crítico* podemos observar três operações diferentes da mente.

Primeiro, a investigação histórica e a determinação de factos duvidosos. Trata-se de uma autêntica pesquisa histórica, e não tem nada em comum com a teoria.

Em segundo lugar, a passagem dos efeitos para as causas. Esta é a *verdadeira pesquisa crítica*; é indispensável à te-

oria, pois tudo o que na teoria deve ser estabelecido, suportado ou meramente explicado, diz-nos a experiência que apenas pode ser feito deste modo.

Terceiro, o teste dos meios empregues. Isto é o *criticismo, propriamente dito,* onde estão contidos o elogio e a censura. É aqui que a teoria ajuda a história, ou melhor, o ensinamento que daí deriva.

Nestes duas últimas partes estritamente críticas do estudo histórico, tudo depende de se dirigir as coisas para os seus elementos originais, ou seja, em dirigi-los para as verdades indubitáveis, e não, como acontece tão frequentemente, deixá-los a meio do caminho e ficar-se pela mera suposição ou conjectura.

Em relação à passagem dos efeitos para as causas ela é quase sempre acompanhada da dificuldade de se conhecerem as verdadeiras causas. Isto não acontece tão frequentemente em nenhuma das relações da vida como acontece na Guerra, onde raramente se conhecem totalmente todos os acontecimentos, e ainda menos os motivos. Estes últimos podem ter sido, talvez propositadamente, conciliados pelo líder, ou então são de um carácter tão acidental e transitório que se perderam de vez para a história. Por esta razão, a narração crítica deve geralmente prosseguir de mão dada com a investigação histórica, e ainda que possa frequentemente surgir alguma necessidade de conexão entre causa e efeito, não parece justificável considerar os efeitos como os resultados inevitáveis das causas conhecidas. Aqui, todavia, devem surgir lacunas, ou seja, resultados históricos que não servem como ensinamentos. Tudo o que a teoria pode pedir é que a investigação seja rigidamente guiada até esse ponto, e afastar-se imediatamente sem retirar conclusões. Surgirá aqui um verdadeiro infortúnio

se o facto conhecido for construído forçosamente para bastar como explicação dos efeitos, e nesse caso ser-lhe-á imputada uma falsa importância.

Para além desta dificuldade, a investigação crítica encontra-se com outra maior e intrínseca: o facto do progresso dos acontecimentos na Guerra raramente proceder de uma única causa. Geralmente provém de várias causa em comum, e que portanto não é suficiente acompanhar uma série de acontecimentos até à sua origem com um espírito cândido e imparcial, e que é então necessário distribuir o peso por cada uma dessas causas. Isto conduz a uma investigação mais aprofundada da sua natureza e, assim, uma investigação crítica pode conduzir àquilo que é propriamente o campo da teoria.

A *análise* crítica, ou seja, o testar dos meios, conduz à questão — Quais são os efeitos peculiares dos meios aplicados, e se esses efeitos estavam compreendidos nos planos da pessoa que comandava?

Os efeitos peculiares dos meios conduzem à investigação da sua natureza, e assim, mais uma vez, ao campo da teoria.

Já vimos que no criticismo tudo depende de se atingir uma verdade concreta; que não devemos, portanto, deter-nos em suposições arbitrárias que não são aprovadas por outros, e porque não se encontrou nenhuma outra que agradasse, ou porque ainda não conseguiu dominar nenhuma delas, iremos, pelo menos ocasionalmente, fazer uso de uma parte de uma delas, tal como uma pessoa usaria uma régua, para mostrar os erros cometidos por um general. A maioria deles é incapaz de raciocinar sem recorrer à ajuda aqui e ali de alguns pedaços de uma teoria militar científica. O mais pequeno destes fragmentos, consistindo em meras palavras científicas e metáforas, não passa frequentemente

de discursos floreados e narrações críticas. É na natureza das coisas que toda a expressão científica e técnica que pertence a um sistema perde a sua propriedade, se é que alguma vez a teve, logo que é distorcida, e usada como axioma geral, ou como um pequeno talismã cristalino, que possui mais poder de demonstração do que o simples discurso. Assim, pode acontecer que os nossos livros teóricos e críticos, em vez de serem dissertações inteligíveis e fáceis de compreender, em que o autor pelo menos sabe sempre o que está a dizer e o leitor aquilo que está a ler, transbordem destes termos técnicos, que formam pontos negros de interferência onde autor e leitor se afastam. Mas frequentemente são algo ainda pior, assemelham-se a conchas vazias sem miolo. O próprio autor não tem uma ideia precisa daquilo que está a dizer, contentando-se com ideias vagas, que se expressas numa linguagem simples seriam insatisfatórias mesmo para si próprio.

Uma terceira falha no criticismo é o *uso indevido de exemplos históricos,* e uma ostentação de grandiosas leituras e erudição. O que a história da Arte da Guerra é, já foi definido e, mais à frente, num capítulo especial, explicaremos os nossos pontos de vista com exemplos da história militar. Um facto meramente aflorado de forma muito superficial pode ser usado para apoiar as visões mais contrárias, e três ou quatro factos de descrições mais homogéneas, provenientes de terras distantes e de tempos remotos foram reunidos, geralmente confundem e baralham o julgamento e o entendimento sem nada demonstrarem; pois quando são expostos à luz revelam ser apenas ninharias sem valor, fabricadas somente para ostentar a erudição do autor.

Mas o que pode a vida prática ganhar com tais noções obscuras, parcialmente falsas e arbitrariamente confusas?

É tão pouco ou nada que a teoria à custa dessas noções tem sido sempre uma verdadeira antítese da prática, e, frequentemente, objecto de ridículo para todos aqueles cujas qualidades de soldado são inquestionáveis.

Mas é impossível que este possa ter sido o caso, se a teoria em linguagem simples, e pelo tratamento natural daquelas coisas que constituem a Arte de fazer a Guerra, tivesse apenas procurado estabelecer somente aquilo que reconhece ter sido estabelecido. Se, evitando todas as falsas pretensões e a ostentação irrelevante de fórmulas científicas e paralelos históricos, se tivesse mantido fiel ao tema, teria seguido lado a lado com aqueles que devem conduzir os assuntos no terreno de acordo com a sua natural genialidade.

DOS EXEMPLOS

Os exemplos retirados da História simplificam tudo, e fornecem a melhor descrição do ensaio nas ciências empíricas. Isto aplica-se muito mais fortemente à Arte da Guerra do que a qualquer outra. O General Scharnhost, cujo manual é o melhor que alguma vez foi escrito sobre a Guerra, declara que os exemplos históricos são da maior importância e ele próprio faz um admirável uso deles. Tivesse ele sobrevivido à Guerra onde pereceu, que a quarta parte do seu revisto tratado sobre artilharia teria dado ainda maiores provas do espírito observador e esclarecido com o qual analisava minuciosamente assuntos de experiência.

Mas tal uso de exemplos históricos raramente é feito por escritores teóricos; a forma como eles mais comumente os utilizam é mais calculado para deixar a mente insatisfeita, assim como insultar a inteligência. Consideramos assim de extrema importância usar e abusar aqui dos exemplos históricos.

É certo que os ramos do conhecimento que residem na fundação da Arte da Guerra aparecem sob a denominação de ciências empíricas; isto porque, embora derivem em grande medida de coisas naturais, apenas podemos apreender a sua verdadeira natureza, na sua maior parte, a partir da experiência; e para além disso, a aplicação prática é modificada por tantas circunstâncias que os efeitos nunca podem ser completamente conhecidos pela mera natureza dos meios.

Os efeitos da pólvora, esse grande agente na nossa actividade militar, apenas foram aprendidos pela experiência, e até agora essas experiências mantêm-se de modo a serem investigados mais em pormenor. Que uma bola de ferro à qual a pólvora dá uma velocidade incrível esmaga tudo à sua passagem é só de si evidente. Não necessitamos da experiência para o sabermos. Mas ao produzir este efeito quantas centenas de circunstâncias estão relacionadas, algumas das quais podem apenas ser conhecidas pela experiência? E o físico não é o único efeito que temos de estudar, é o da parte moral que andamos em busca, e que apenas pode ser atingido pela experiência. E não há outra forma de aprender e compreender do que pela experiência. Na Idade Média, quando as armas de fogo foram inventadas, o seu efeito, devido à sua tosca fabricação, era considerável mas insignificante comparado com o que é agora, mas moralmente o seu efeito era muito maior. É preciso ter-se assistido à firmeza de uma daquelas massas ensinadas e lideradas por Bonaparte, sob um dos mais cerrados e ininterruptos bombardeamentos, de forma a compreender o que as tropas, endurecidas por uma longa permanência no campo do perigo, podem fazer, quando através de uma sucessão de vitórias atingiram o princípio nobre de requererem de si próprios um esforço máximo. Esta é uma noção só por si difícil de crer. Por outro lado, é bem conhecido que há presentemente tropas ao serviço dos Poderes Europeus que seriam facilmente dispersas por alguns tiros de canhão.

Mas nenhuma ciência empírica, consequentemente também nenhuma teoria da Arte da Guerra, pode sempre corroborar as suas verdades por comprovação histórica; seria também, em certa medida, difícil apoiar a experiência através de factos simples. Se alguma vez um meio for considerado eficaz na Guerra, é repetido. Uma nação copia outra, a coisa torna-se moda, e desta forma torna-se habitual, apoiado pela experiência, e toma o seu lugar na teoria, a qual se contenta em apelar à experiência em geral de forma a revelar a sua origem, mas não como uma verificação da sua verdade

Mas é bem ao contrário se a experiência é para ser usada de forma a derrubar alguns meios em uso, para confirmar o que é duvidoso, ou introduzir algo novo; então, os exemplos específicos da história devem ser propostos como provas.

Agora, se considerarmos mais de perto o uso das provas históricas, quatro pontos de vista prontamente se apresentam para o efeito.

Em primeiro lugar, podem ser usados meramente como *explicação* de uma ideia. Em toda a noção abstracta é muito fácil enganarmo-nos, ou ser totalmente ininteligível: quando um autor tem medo disto, uma exemplificação da história serve para lançar a luz necessária sobre esta ideia, e assegurar-se de que é inteligível para o leitor.

Em segundo lugar, serve como *aplicação* de uma ideia, porque através de um exemplo há uma oportunidade de mostrar a acção dessas circunstâncias menores que não podem de forma alguma ser compreendidas e explicadas em nenhuma expressão geral de uma ideia. Pois nisso consiste, realmente, a diferença entre teoria e experiência. Ambos os casos pertencem a exemplos propriamente ditos,

os dois que se seguem pertencem a provas históricas.

Em terceiro lugar, podemos referir-nos a um facto histórico em particular, de modo a apoiar o que já dissemos. Isto é suficiente em todos os casos, se tivermos *apenas* de provar a *possibilidade* de um facto ou efeito.

Por último, e em quarto lugar, podemos deduzir alguma teoria de pormenores circunstanciais de um só acontecimento histórico e através da reunião de alguns outros, que tem a sua verdadeira *prova* neste próprio testemunho.

Para o primeiro destes propósitos tudo o que é geralmente exigido é uma crítica superficial do caso, já que é apenas usado parcialmente. A correcção histórica é um factor secundário; um caso inventado pode muito bem servir para o efeito, só que os históricos são sempre preferíveis, porque aproximam da vida prática a ideia que ilustram.

O segundo uso implica uma relação mais circunstancial dos acontecimentos, mas a autenticidade histórica é mais uma vez de importância secundária, e em relação a isto podemos aplicar o que foi dito para o primeiro caso.

Para o terceiro propósito é geralmente suficiente a mera citação de um facto indubitável. Se for afirmado que as posições podem cumprir o seu objectivo sob certas condições, é apenas necessário mencionar a posição de Bunzelwitz em apoio da sua afirmação.

Mas se, através da narrativa de um caso na história, for necessário demonstrar uma verdade abstracta, então tudo o que serve de apoio a essa demonstração deve ser analisado da forma mais completa e minuciosa possível; deve, até certo ponto, desenvolver-se cuidadosamente perante os olhos do leitor. Quanto menos eficazmente isto for feito mais fraca será a prova, e mais necessário será substituir essa prova demonstrativa no caso único

por um número de casos, por nos achamos no direito de supor que quanto menos detalhes formos capazes de fornecer, num certo número de casos, eles neutralizam-se uns aos outros nos efeitos.

Se quiséssemos demonstrar através de um exemplo proveniente da experiência que a cavalaria deve ser colocada atrás e não alinhada com a infantaria; que é muito perigoso, sem uma preponderância decidida dos números tentar cercar o inimigo, com colunas muito separadas, tanto no campo de batalha como no palco da Guerra, ou seja, tanto táctica como estrategicamente, então, no primeiro destes casos, não seria suficiente especificar algumas batalhas perdidas em que a cavalaria se encontrava nos flancos e algumas ganhas em que a cavalaria se encontrava na rectaguarda da infantaria; e no segundo destes casos, não é suficiente referir às batalhas de Rivoli e Wagram, ao ataque dos austríacos no palco da Guerra, em Itália em 1796, ou dos franceses sobre o palco da Guerra alemã, no mesmo ano. A forma como estas ordens de batalha ou planos de ataque contribuíram para os desfechos desastrosos naqueles casos particulares deve ser demonstrada através de um minucioso conhecimento das circunstâncias e dos acontecimentos. Daí deduziremos até que ponto tais formas ou medidas devem ser condenadas, um ponto que é muito necessário demonstrar, pois uma total condenação seria inconsistente com a verdade.

Já foi dito que quando um pormenor circunstancial dos factos é impossível, o poder demonstrativo que é insuficiente pode até certo ponto ser substituído pelo número de casos citado; mas este é um método muito perigoso de sair do problema, e tem sido um método a que se tem recorrido

com muita frequência. Em vez de um exemplo bem fundamentado, apresentam-se três ou quatro, e assim as provas revelam-se mais fortes. Mas existem assuntos em que uma dúzia de casos apresentados não provam nada, se, por exemplo, são factos que ocorrem com frequência e, nesse caso, uma dúzia de outros factos com um resultado contrário poderiam provar exactamente o contrário. Se, por exemplo, algum citar uma dúzia de batalhas perdidas em que o lado vencido atacou em colunas separadas convergentes, podemos citar uma dúzia de batalhas ganhas em que a mesma ordem foi adoptada. É evidente que neste caso não se obtém nenhum resultado.

Após reflectirmos cuidadosamente sobre estes pontos divergentes, veremos o quão facilmente é possível dar-se um mau uso aos exemplos.

Um acontecimento que em vez de ter sido cuidadosamente analisado em todas as suas partes, é superficialmente notado, é como um objecto visto a uma grande distância, apresentando a mesma aparência em cada um dos lados, e em que os pormenores das suas partes, não se conseguem distinguir. Tais exemplos serviram, na realidade, para apoiar as opiniões mais contraditórias. Para algumas campanhas de Duan são modelos de prudência e perícia. Para outros não passam de exemplos de timidez e de falta de resolução. A passagem de Bonaparte pelos Alpes Nóricos, em 1797, pode ter parecido ser a decisão mais nobre, mas também um acto de uma brilhante temeridade. A sua derrota estratégica em 1812 pode ser representada como a consequência, tanto de um excesso como de uma deficiência de energia. Todas estas opiniões têm sido abordadas, e é fácil ver que podem muito bem surgir, porque cada pessoa tira a sua própria visão da conexão dos aconte-

cimentos. Ao mesmo tempo, estas opiniões antagónicas não podem ser reconciliadas uma com a outra, e portanto uma das duas deve estar errada.

Muito agradecidos estamos ao notável Feuquières pelos numerosos exemplos que introduziu nas suas memórias — em parte porque um grande número de incidentes históricos foram assim preservados, que de outra forma se teriam perdido, e parcialmente porque ele foi um dos primeiros a introduzir ideias teóricas, ou seja, abstractas, em relação à pratica na Guerra, até ao ponto de os casos apresentados poderem ser encarados como um desejo de exemplificar e confirmar o que é afirmado teoricamente; contudo, na opinião de um leitor imparcial, dificilmente lhe parecerá que ele atingiu o objectivo a que se propôs, o de provar os princípios teóricos através de exemplos históricos. Porque muito embora ele relate acontecimentos com uma grande minúcia, muitas vezes falhou em mostrar que as deduções tiradas provinham necessariamente de relações interiores destes acontecimentos.

Outro erro que resulta da observação superficial dos acontecimentos históricos, é que alguns leitores ou estão totalmente ignorantes dos acontecimentos, ou não possuem qualquer memória que seja suficiente para captar o significado das palavras do autor, de modo que não há outra alternativa senão aceitar cegamente o que ele diz, ou permanecer na dúvida.

É extremamente difícil juntar ou desenrolar acontecimentos históricos diante dos olhos de um leitor como seria indispensável e lhe permitisse usá-los como provas. O escritor muitas vezes carece dos meios, e não tem nem tempo nem espaço para o fazer. Mas nós mantemos que, quando o

objectivo é estabelecer uma opinião nova ou duvidosa, um único exemplo, minuciosamente analisado, é de longe bem mais instrutivo do que dez superficialmente analisados. O grande mal destas representações superficiais não é que o escritor publique a sua história como ensaio quando apenas o título é falso, mas que não se tenha inteirado bem do assunto, e que desta espécie de displicência, surja um tratamento superficial da história. Que exponha uma centena de visões falsas e tentativas de construção de teorias que jamais teriam surgido se ele tivesse olhado para elas como seria seu dever deduzir da estrita conexão dos acontecimentos tudo o que de novo levou para o mercado, e que provêm da história.

Quando estivermos convencidos destas dificuldades no uso dos exemplos históricos, e ao mesmo tempo da necessidade (de fazer uso de tais exemplos) então chegaremos também à conclusão que a mais recente historia militar é naturalmente o melhor terreno para os retirar, uma vez que só por si é suficientemente autêntica e detalhada.

Em tempos antigos, as circunstâncias ligadas à Guerra, assim como o método de as conduzir, eram diferentes; portanto, os seus acontecimentos são de um uso menor para nós tanto teórica como praticamente; além disso, a história militar, como qualquer outra, perde naturalmente, no decurso do tempo uma quantidade de pequenos traços e lineamentos a serem procurados. Perde em cor e em vida, tal como um quadro desbotado. Por isso, talvez se mantenham apenas os grandes contornos e as feições principais, as quais adquirem proporções indevidas.

Se olharmos para o estado actual dos combates, diríamos que as Guerras desde as da sucessão austríaca são praticamente as únicas que, pelo menos no que respeita ao arma-

mento, têm uma similaridade considerável com o presente, e que não obstante as mudanças bastante importantes que tiveram lugar, tanto as grandes como as pequenas, são ainda capazes de fornecer muitos ensinamentos. Passou-se o contrário com a Guerra da sucessão espanhola, uma vez que o uso das armas de fogo ainda não estava muito aperfeiçoado, e a cavalaria manteve-se como a arma mais importante. Quanto mais recuarmos, menos útil se torna a história militar, pois torna-se cada vez mais pobre e árida em pormenores. A que menos serve é a do velho mundo.

Mas esta inutilidade não é absoluta, relaciona-se apenas com aqueles assuntos que dependem de um conhecimento minucioso dos pormenores, ou com aqueles em que o método de condução da Guerra mudou. Embora saibamos muito pouco acerca das tácticas nas batalhas entre os suíços e os austríacos, os burgúndios e os franceses, ainda assim encontramos nelas provas inequívocas de que foram os primeiros onde foi revelada a superioridade de uma boa infantaria sobre uma excèlente cavalaria. Um olhar geral sobre o tempo dos Condottieri, ensina-nos o quanto o método total da condução da Guerra depende do instrumento usado; pois em nenhum período as forças usadas na Guerra tiveram tanto as características de um instrumento especial, e sido uma classe totalmente distinta do resto da comunidade nacional. A forma memorável com que os Romanos nas segundas guerras púnicas atacaram as possessões cartaginesas em Espanha e em África, enquanto Aníbal estava ainda em Itália, é um assunto muito instrutivo de se estudar, uma vez que as relações gerais dos Estados e dos Exércitos envolvidos no acto de defesa indirecto são suficientemente bem conhecidas.

Mas quanto mais coisas resvalarem para o individualismo e se desviarem em carácter das relações mais gerais, tanto menos podemos procurar exemplos e lições de experiência dos períodos muito remotos, pois não possuímos nem os meios de julgamento correspondentes aos acontecimentos, nem podemos aplicá-los aos nossos métodos de Guerra completamente diferentes

Infelizmente, contudo, tem sido sempre moda entre os escritores históricos falarem de tempos passados. Não referiremos o quão longe a vaidade e o charlatanismo podem ter tido a sua quota parte nisto, mas em geral não conseguimos descobrir nenhuma intenção honesta e séria empenhada em ensinar e convencer, e só podemos portanto olhar para tais citações e referências como floreados para preencherem espaços vazios e defeitos omissos.

Seria de uma extrema importância ensinar-se a Arte da Guerra inteiramente com exemplos históricos, como Feuquières propôs; mas seria o trabalho de uma vida de um homem, se tivermos em conta que, quem quer que aceitasse tal tarefa, teria primeiro de se qualificar para ela mediante uma longa experiência na guerra.

Quem quer que, estimulado pela ambição, empreenda uma tal tarefa, deve preparar-se para essa pia missão tal como um peregrino se prepara para uma longa viagem; esperemos que ele abandone tudo o resto, que não se poupe a sacrifícios, não tema temporais vindos de posições ou poderes superiores, e se sobreponha a todos os sentimentos de vaidade pessoal, de falsa vergonha, de forma a, de acordo com o código francês, dizer *a Verdade, toda a Verdade, e nada mais do que a Verdade.*

■

Coisas de Ler, Edições
Travessa do Paraíso, 20-A
Tapada de Vale de Lobos
2715-403 Almargem do Bispo

Execução gráfica: Manuel Barbosa & Filhos, Lda

DEPÓSITO LEGAL: 262 407/07

"Um pouco de domínio dos assuntos militares é vital para quem tem a direcção política em geral."

"O primeiro, o supremo, o julgamento de mais amplas consequências que o estadista e o comandante têm que formular, é determinar a espécie de guerra em que se estão a envolver."